

HMOBI Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e
Relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balanco patrimonial (Ativo).....	8
Balancos patrimoniais (Passivo e Patrimônio Líquido)	9
Demonstração do resultado	10
Demonstração dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Demonstração do valor adicionado	14
Notas explicativas	15
1. Informações gerais	15
2. Políticas contábeis materiais	18
3. Reestruturação societária.....	28
4. Caixa e equivalentes de caixa	29
5. Aplicações financeiras.....	29
6. Contas a receber.....	30
7. Estoques.....	31
8. Impostos, taxas e contribuições	32
9. Adiantamentos e despesa antecipada.....	35
10. Outras contas a receber.....	35
11. Saldos e transações com partes relacionadas	36
12. Obrigação com empregados e profissionais-chave da administração	37
13. Arrendamentos.....	37
14. Investimentos	38
15. Imobilizado	40
16. Intangível e Infraestrutura em construção	41
17. Fornecedores	43
18. Debêntures e empréstimos	43
19. Obrigações com poder concedente.....	45
20. Concessão de serviço público	46
21. Adiantamentos de clientes	47
22. Receita diferida	47
23. Provisões para riscos processuais	47
24. Patrimônio líquido	51
25. Receitas	53
26. Resultado por natureza	53
27. Resultado financeiro.....	55
28. Resultado por ação	55
29. Instrumentos financeiros	56
30. Informações adicionais aos fluxos de caixa.....	59
31. Adiantamento para futuro investimento	60
32. Eventos Subsequentes	61



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da HMOBI Participações S.A.

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da HMOBI Participações S.A. (Companhia), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da HMOBI Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita tarifária

Veja a Nota Explicativa 2.5 e 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita da controlada Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“Metrôrio”) é gerada substancialmente por tarifas de passagens (“receita tarifária”) cobradas dos usuários do sistema de transporte metroviário da cidade do Rio de Janeiro.</p> <p>A receita tarifária é originada de um grande volume de transações de baixo valor individual, que são controladas por sistemas de passagem e posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia.</p> <p>O valor das tarifas é determinado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”), que disciplina sobre os reajustes tarifários e sua vigência.</p> <p>Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao valor envolvido, o volume de transações e a diversificação da contraprestação recebida das transações.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Comparação do total dos valores, na população completa, reconhecidos na receita tarifária referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025 com os sistemas de controle de passagens.- Realização de testes documentais, com base amostral, da receita tarifária reconhecida ao longo do exercício, tendo por base o sistema de acesso de passageiros e as suas liquidações financeiras, através dos extratos bancários.- Obtenção de confirmação externa do total de repasse anual feito para a Companhia pela entidade responsável pela arrecadação das tarifas originadas do chamado “bilhete único”, bem como do saldo de contas a receber da Companhia com a referida entidade, no exercício em 31 de dezembro de 2025.- Recálculo da receita tarifária com base nos relatórios de utilização extraídos do sistema de passagens e com as tarifas de passagem de acordadas com o poder Concedente.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento da receita tarifária e suas divulgações relacionadas, no contexto das</p>

	demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
Capitalização de gastos do intangível de concessão	
Veja a Nota Explicativa 15 (a) e (c) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A controlada Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“Metrôrio”) assumiu compromissos relevantes vinculados ao contrato de concessão com o respectivo Poder Concedente. De acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 e OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita.</p> <p>A mensuração do intangível relacionado à concessão é afetada pelos julgamentos para determinar se um gasto específico representa uma melhoria ou manutenção e conseqüentemente se deve ser capitalizado ou não.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores e julgamentos envolvidos na determinação das diversas naturezas dos gastos relacionados a concessão e se eles são elegíveis à capitalização.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inspeção documental, em base amostral, das adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos, medições e liquidação financeira, bem como a avaliação da natureza destas adições. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a capitalização de gastos do intangível de concessão e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS *Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos auditoria de grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo com base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro , 25 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

HMOBI Participações S.A.

Balancos patrimoniais (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.676	44.221	808.661	361.914
Aplicações financeiras	5	-	-	107.528	225.764
Contas a receber	6	-	-	151.275	302.429
Estoques	7	-	-	99.338	89.459
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8(a)	1.123	87	24.052	18.316
Tributos a recuperar	8(a)	-	-	13.519	16.675
Adiantamentos	9.1	-	-	52.596	11.768
Despesas antecipadas	9.3	104	87	27.680	14.795
Contas a receber - Partes relacionadas	11	3.287	132.365	-	-
Outras contas a receber	10	-	-	553	15.514
Total do ativo circulante		12.190	176.760	1.285.202	1.056.634
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	-	166.664
Contas a receber	6	-	-	-	98.528
Ativo fiscal diferido	8(b)	-	-	-	105.548
Tributos a recuperar	8(a)	-	-	7.165	7.165
Adiantamentos para aquisição de investimento	31	-	-	-	53.564
Despesa antecipada	9.3	26	-	5.129	1.011
Depósitos judiciais	23(c)	-	-	13.148	10.397
Outras contas a receber	10	-	-	6.429	-
Adiantamentos	9.1	-	-	27.193	-
Ativo de direito de uso	13	-	-	4.188	-
Investimentos	14	2.172.107	2.536.493	-	-
Imobilizado	15	-	-	21.020	723.140
Intangível	16	305	408	3.507.952	2.860.701
Infraestrutura em construção	16	-	-	705.320	110.489
Total do ativo não circulante		2.172.438	2.536.901	4.297.544	4.137.207
Total do ativo		2.184.628	2.713.661	5.582.746	5.193.841

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

HMOBI Participações S.A.

Balancos patrimoniais (Passivo) Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	17	197	137	89.898	146.630
Adiantamentos	9.2	-	-	33.639	-
Debêntures e empréstimos	18	-	-	-	187.644
Passivo de arrendamento	13	-	-	617	-
Tributos a recolher	8(c)	56	29	6.618	6.075
Obrigações com empregados	12	7	8	47.804	44.698
Obrigações com poder concedente	19	-	-	312.131	-
Adiantamentos de clientes	21	-	-	3.224	4.480
Dividendos a pagar	11	-	188.791	-	188.791
Contas a pagar - Partes Relacionadas	11	-	50	-	-
Outras contas a pagar		-	-	428	756
Total do passivo circulante		260	189.015	494.359	579.074
Não circulante					
Debêntures	18	-	-	2.602.310	1.961.172
Passivo de arrendamento	13	-	-	3.616	-
Passivo fiscal diferido	8(a)	-	-	17.575	-
Obrigações com poder concedente	19	-	-	203.593	-
Tributos a recolher	8(c)	-	-	-	178
Concessão de serviço público	20	-	-	10.206	14.182
Provisão para riscos processuais	23	-	-	61.254	109.656
Receita diferida	22	-	-	955	1.157
Outras contas a pagar		-	-	4.510	3.776
Total do passivo não circulante		-	-	2.904.019	2.090.121
Patrimônio Líquido					
Capital social	24(a)	1.100.578	1.100.578	1.100.578	1.100.578
Reservas de capital	24(b)	733.552	733.552	733.552	733.552
Reserva de lucros	24(c)	350.238	690.516	350.238	690.516
Patrimônio líquido		2.184.368	2.524.646	2.184.368	2.524.646
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.184.628	2.713.661	5.582.746	5.193.841

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

HMOBI Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	25	-	-	1.254.247	1.171.317
Custo dos serviços prestados	26	-	-	(658.189)	(710.686)
Lucro bruto		-	-	596.058	460.631
Equivalência patrimonial	14	(32.344)	389.837	-	-
Gerais e administrativas	26	4.533	(16.629)	(153.270)	(172.146)
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	26	-	-	(21.196)	(2.448)
Outras receitas operacionais	26	-	536	5.641	286.161
Resultado operacional		(27.811)	373.744	427.233	572.198
Receitas financeiras	27	9.359	596	118.748	132.812
Despesas financeiras	27	(910)	(1.974)	(425.300)	(293.851)
Resultado financeiro líquido		8.449	(1.378)	(306.552)	(161.039)
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(19.362)	372.366	120.681	411.159
Imposto de renda e contribuição social	8(d)	(3.741)	5.216	(143.784)	(33.577)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.554)	-	(20.661)	(14.323)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.187)	5.216	(123.123)	(19.254)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(23.103)	377.582	(23.103)	377.582
Quantidade média de ações ao final do exercício		1.834.130	1.834.130	1.834.130	1.834.130
(Prejuízo) Lucro básico e diluído por lote de mil ações (Em reais)	28			(0,0126)	0,2059

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

HMOBI Participações S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(23.103)	377.582	(23.103)	377.582
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(23.103)	377.582	(23.103)	377.582

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

HMOBI Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Resultado do exercício	Total do Patrimônio líquido
			Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos			
Saldos em 31 de dezembro de 2023 - Reapresentado	1.100.578	733.552	24.320	268.159	209.246	-	-	2.335.855
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	377.582	377.582
Constituição de reservas	24(c)	-	-	188.791	-	-	(188.791)	-
Dividendos mínimo obrigatório	24(d)	-	-	-	-	-	(188.791)	(188.791)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.100.578	733.552	24.320	456.950	209.246	-	-	2.524.646
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(23.103)	(23.103)
Destinação do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(23.103)	23.103	-
Distribuição de dividendos adicionais	24(c)	-	-	(107.929)	(209.246)	-	-	(317.175)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.100.578	733.552	24.320	349.021	-	(23.103)	-	2.184.368

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

HMOBI Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício	(23.103)	377.582	(23.103)	377.582
Ajustes:				
Depreciação e amortização	15 e 16	103	99	176.471
Mais valia - Depreciação e amortização	26	33.809	54.468	33.809
Baixa de imobilizado e intangível	15 e 16	-	-	860
Provisão para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	6	-	-	21.196
Variações monetárias e encargos, líquidos	27	-	1.610	302.115
Rendimento aplicação financeira	5	-	-	(60.736)
Equivalência patrimonial	14	32.343	(389.837)	-
Reversão da provisão para riscos processuais	23(a)	-	-	(7.644)
Mais valia – Reversão para riscos processuais	23(a)	(40.243)	(39.127)	(40.243)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.187	(5.216)	123.123
Amortização custo de captação	18	-	-	79.333
		5.096	(421)	605.181
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	6	-	-	228.486
Estoques	7	-	-	(9.879)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8(a)	(1.036)	(87)	(5.736)
Tributos a recuperar	8(a)	-	-	3.156
Depósitos judiciais	23 c)	-	-	(1.823)
Adiantamentos	9.1	-	-	(68.021)
Despesa antecipada	9.3	(43)	(1)	(17.003)
Contas a receber - Partes relacionadas		60.031	(60.000)	-
Outras contas a receber		-	-	8.532
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	17	60	(283)	(56.732)
Obrigações com empregados e administradores	12	(1)	-	3.106
Tributos a recolher	8(c)	735	21	11.117
Receita diferida	22	-	-	(202)
Adiantamentos de cliente	21	-	-	(1.256)
Contas a pagar - Partes relacionadas	11	(50)	(5.127)	-
Pagamento de processos judiciais	23(a)	-	-	(1.695)
Adiantamentos		-	-	33.639
Outras obrigações e contas a pagar		-	(535)	405
Caixa gerado (aplicado) nas operações		64.792	(66.433)	731.275
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(708)	-	(10.749)
Caixa gerado (aplicado) nas operações		64.084	(66.433)	720.526
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	15	-	-	(5.829)
Aquisição de intangível	16	-	(34)	(175.768)
Dividendos recebidos	14	270.337	-	-
Redução de capital de investida	14	135.000	150.000	-
Aplicações financeiras	5	-	-	(1.726.060)
Resgate de aplicações financeiras	5	-	-	2.071.696
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		405.337	149.966	164.039
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	18	-	-	2.800.000
Custo de captação	18	-	-	(272.982)
Pagamento de dividendos	14 e 24	(505.966)	(39.314)	(505.966)
Pagamento de passivo de arrendamento	13	-	-	(323)
Pagamento de principal – Debêntures	18	-	-	(1.869.305)
Pagamento de juros – Debêntures/Empréstimos	18	-	-	(168.767)
Pagamento de variação monetária - Debêntures	18	-	-	(420.475)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(505.966)	(39.314)	(437.818)
(Redução) Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(36.545)	44.219	446.747
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	44.221	2	361.914
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	7.676	44.221	808.661
(Redução) Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(36.545)	44.219	446.747

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

HMOBI Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		-	536	1.295.473	1.509.344
Prestação de serviços	25	-	-	1.308.374	1.224.336
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	26	-	-	(21.196)	(2.448)
Outras receitas		-	536	8.295	287.456
Insumos adquiridos de terceiros		(1.909)	(903)	(278.639)	(335.364)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.909)	(903)	(275.800)	(331.556)
Perda/recuperação de valores ativos		-	-	(2.839)	(3.797)
Outros custos		-	-	-	(11)
Valor adicionado bruto		(1.909)	(367)	1.016.834	1.173.980
Retenções		(104)	(102)	(176.471)	(226.749)
Depreciação e amortização	15 e 16	(104)	(102)	(176.471)	(226.749)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(2.013)	(469)	840.363	947.231
Valor adicionado/recebido em transferência		(18.738)	380.254	119.535	117.391
Mais (menos) valia - Depreciação e amortização	26	(33.809)	(54.468)	(33.809)	(54.468)
Mais (menos) valia - Reversão para riscos processuais	26	40.243	39.073	36.783	33.831
Mais (menos) valia - Amortização do tributo diferido	8(d)	(2.187)	5.216	(2.187)	5.216
Equivalência patrimonial	14	(32.344)	389.837	-	-
Receitas financeiras	26	9.359	596	118.748	132.812
Total valor adicionado a distribuir		(20.751)	379.785	959.898	1.064.622
Distribuição do valor adicionado		(20.751)	379.785	959.898	1.064.622
Pessoal e encargos		267	257	274.983	262.638
Remuneração direta		267	257	181.407	162.263
Benefícios		-	-	77.980	84.405
FGTS		-	-	13.861	13.206
Outros		-	-	1.735	2.764
Impostos, taxas e contribuições		1.608	1.028	230.271	116.717
Federais		1.608	50	77.956	93.137
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	978	123.123	978
Estaduais		-	-	5.724	4.453
Municipais		-	-	23.468	18.149
Remuneração capital de terceiros		477	918	477.747	307.685
Juros		-	1.640	306.972	265.181
Aluguéis		-	-	7.954	4.588
Outras		477	(722)	162.821	37.916
Remuneração de capital próprio		(23.103)	377.582	(23.103)	377.582
(Prejuízo) Lucro atribuível aos acionistas controladores		(23.103)	377.582	(23.103)	377.582

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais

HMOBI Participações S.A. (“HMOBI” ou “Companhia”), cuja sede está localizada na Av. Presidente Vargas 2000, Centro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi fundada em 8 de dezembro de 2020, e tem como objeto social investimentos em projetos no setor de infraestrutura, incluindo a exploração, operação e administração de rodovias, vias urbanas, estradas, sistemas metroviários, barcas, entre outros modais de transportes de pessoas e cargas, por meio da participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, no país ou no exterior e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia. A Companhia, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, encontra-se devidamente registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro e é regida por seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis, sendo seu prazo de duração indeterminado.

Em 07 de abril de 2021, foi deferido o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria “A”, para a HMOBI. A partir desta data, a Companhia deve, obrigatoriamente, proceder ao envio das informações periódicas e eventuais pelo Sistema Empresas.NET, nos termos dos artigos 21 e 30 da Instrução CVM nº 480/09. E em 23 de agosto de 2021, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) deferiu seus pedidos de listagem e admissão à negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia no segmento Básico da B3.

Em 8 de novembro 2021, Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia FIP (“IAV FIP”) passou a ser acionista controlador da HMOBI, detentor de 945.021.199 ações ordinárias, representativas de 51,5% do capital social da HMOBI, tendo a Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF (“Funcef”), Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS (“Petros”), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI (“PREVI”) como os demais acionistas; e a HMOBI passou a ser a única acionista detentora da totalidade do capital social da controlada MetrôRio e controlada Metrobarra. A HMOBI e o conjunto de empresas controladas são denominados “Grupo HMOBI” ou “Grupo”.

Em 17 de dezembro de 2021, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Cedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro – (“AGETRANSP”), através da Deliberação nº 1.218, reconheceu a responsabilidade do Poder Concedente em promover o ressarcimento emergencial à controlada MetrôRio referente ao período de março a dezembro de 2020, conforme solicitação formalizada em 20/09/2020, para ressarcimento dos prejuízos suportados pela Companhia no âmbito da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Em 1º de abril de 2022 a controlada MetrôRio celebrou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”, “GERJ”), o “Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros” (“Contrato de Concessão” e “8º Aditivo”, respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos:

- (i) regular as ações visando o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R\$ 327.747, sendo R\$ 286.068 da parcela principal e R\$ 41.679 referente a atualização monetária pelo IPCA. O ressarcimento, conforme previsto no termo aditivo, foi pago em 4 (quatro) parcelas ao longo do ano de 2022
- (ii) Segundo o mesmo termo aditivo após a homologação do valor do ressarcimento emergencial referente ao período de janeiro a dezembro de 2021 pela AGETRANSP, tal valor deverá ser pago em até seis meses após a deliberação final. Em 2 de outubro de 2024 foi homologado e registrado no valor total de R\$ 310.542, sendo R\$ 256.580 da parcela principal e R\$ 53.963 referentes a atualização monetária pelo IPCA;
- (iii) disciplinar o novo reajuste tarifário ordinário em 12% (doze por cento) sobre a tarifa vigente, tendo como nova tarifa praticada no valor de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), e homologada de R\$ 6,82 (seis reais e oitenta e dois centavos). Adicionalmente, ficou acordado que a partir de 02 de abril de 2022, o controlada MetrôRio aplicará o desconto no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão durante o período de 24 meses, desconto esse que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente;
- (iv) e alteração do §15º da Cláusula Sétima do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para estabelecer novas formas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais (continuação)

Em 26 de dezembro de 2022, por força do ato de deliberação previsto no 8º Termo Aditivo, a controlada MetrôRio celebrou com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”), o “Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros” (“Contrato de Concessão” e “9º Aditivo”, respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos, disciplinar os termos e condições da contrapartida devida pelo Poder Concedente ao MetrôRio, no valor referencial de R\$ 109.504, referente a redução de R\$ 0,30 (trinta centavos de real) aplicada sobre o valor máximo unitário da tarifa padrão para os períodos de 02 de abril de 2022 a 11 de abril de 2023 e de 12 de abril de 2023 a 11 de abril de 2024, conforme convencionada no Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O valor referencial foi quitado em sua íntegra durante o exercício de 2024.

Em 08 de março de 2023 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (“AGETRANSP”), homologou:

- Reajuste tarifário ordinário de 5,77%, tendo como nova tarifa regulatória o valor de R\$ 7,20 (sete reais e vinte centavos), que vigorará a partir de 12 de abril de 2023; e

- A manutenção do desconto no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente, conforme previsto no Contrato de Concessão, de modo que a tarifa padrão praticada será no valor de R\$ 6,90 (seis reais e noventa centavos) para o período compreendido entre 12 de abril de 2023 e 11 de abril de 2024.

Em 04 de abril de 2023 o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu a Tarifa Social para serviços de transporte metroviário, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), através da Edição do Decreto 48.452, que passou a vigorar a partir de 12 de abril de 2023, pelo prazo de 12 meses.

Em 23 de novembro de 2023, a Companhia através de fato relevante divulgou a celebração de um Memorando de Entendimentos (“Memorando”) com o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade Urbana, a Controladoria-Geral do Estado, a Concessionária Rio Barra S.A. (“CRB”), a OEC S.A. e a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. Nos termos do Memorando, as partes concordam em desenvolver estudos sobre a viabilidade jurídica, técnica e financeira e buscar solução consensual e definitiva para a retomada e conclusão das obras da Estação Gávea e para as disputas judiciais e administrativas envolvendo o Contrato de Concessão das Linhas 1 e 2 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro (“Linhas 1 e 2”) e o Contrato de Concessão nº L4/98, celebrado em 21.12.1998 (“Contrato L4”). A celebração de qualquer instrumento ou acordo em decorrência dos estudos e tratativas regulados pelo Memorando depende da viabilidade do atendimento às premissas negociais apresentadas pelas partes e do acordo em relação aos eventuais instrumentos contratuais.

Em 27 de fevereiro de 2024 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (“AGETRANSP”), homologou o reajuste tarifário ordinário de 4,17%, tendo como nova tarifa regulatória o valor de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos), que vigorará a partir de 12 de abril de 2024.

Em 11 de abril de 2024 o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu a Tarifa Social para serviços de transporte metroviário, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), através da Edição do Decreto 49.039, que passou a vigorar a partir de 12 de abril de 2024, pelo prazo de 12 meses.

Em 2 de outubro de 2024, a controlada MetrôRio celebrou o Termo de Ajustamento de Conduta, com Ministério Público, Estado do Rio de Janeiro, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Concessionária Rio Barra S.A, Novonor S.A, Novonor Participações e Investimentos S.A, OEC S.A.- Em Recuperação Judicial, Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A, ZI Participações S.A, Consórcio Construtor Rio Barra, Consórcio Sul Linha 4, tendo por objeto a retomada e conclusão das obras da Estação Gávea da Linha 4 da concessão metroviária do Estado do Rio de Janeiro, bem como o saneamento de relações contratuais

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais (continuação)

pertinentes ao serviço público metroviário do Estado do Rio de Janeiro (“TAC”). Nos termos do TAC, dentre outros arranjos, ficaram acordados os termos e condições para (a) a transferência da concessão da Linha 4 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro da CRB para a controlada MetrôRio; (b) a celebração do aditivo ao contrato de concessão das linhas 1 e 2 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro, para refletir a transferência da linha 4 a controlada MetrôRio, bem como a prorrogação do prazo (10 anos) para o novo contrato de concessão unificado até o ano de 2048; (c) a celebração do contrato de construção que tem como objeto a contratação das obras da Estação Gávea; (d) pagamento a controlada MetrôRio da indenização referente à redução de tarifa em R\$0,30 (trinta centavos), conforme previsão na Cláusula 4ª do 9º Termo Aditivo do Contrato das Linhas 1 e 2, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a ser pago em até 30 dias da assinatura do presente TAC, e pagamento a controlada MetrôRio da parcela do *break-even*, referente ao período de janeiro de 2021 a dezembro de 2021 no valor de R\$256.580.033,97 (duzentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e oitenta mil reais), a ser atualizado até a data de assinatura do TAC, em dezesseis (16) parcelas iguais mensais e sucessivas, até 30/03/2026, sendo a primeira realizada 60 dias após a assinatura do TAC.

Em 10 de abril de 2025 a controlada MetrôRio firmou instrumentos contratuais junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Concessionária Rio Barra S.A. (“CRB”) e Consórcio Construtor para retomada das obras da estação da Gávea. Os instrumentos são: (i) a cessão da concessão da Linha 4 da CRB para a controlada MetrôRio; (ii) o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com o Estado do Rio de Janeiro; e (iii) Contrato de Construção na modalidade EPC Turn-Key.

Com a assinatura do 10º Termo Aditivo (“10º TACC”), o contrato passa a unificar a operação das Linhas 1, 2 e 4 sob gestão da controlada MetrôRio, com prazo estendido até 2048. O novo contrato também prevê:

(a) renegociação de termos da concessão, incluindo novos parâmetros de compartilhamento do risco de variação de demanda entre o Estado e a controlada MetrôRio;

(b) quitação mútua de obrigações relacionadas a eventos passados da concessão; e

(c) obrigação da controlada MetrôRio de investir R\$ 600.000, corrigidos pelo INCC, na obra da Estação Gávea (“Aporte MetrôRio”). O Estado do Rio de Janeiro se comprometeu a complementar esse valor com R\$ 146.772 (“Aporte Estado”), conforme mencionado na nota explicativa 16.

A Companhia destaca que, conforme o 10º Termo Aditivo, a assunção da Linha 4 não implica responsabilidade da controlada MetrôRio por eventuais vícios, falhas ou problemas estruturais da Estação Gávea ou por atos, omissões e passivos ocorridos antes da transferência da concessão.

Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas relevantes do Grupo.

Empresa	País	Participação acionária	
		31/12/2025	31/12/2024
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A - MetrôRio	Brasil	100%	100%
Metrobarra S.A. (*)	Brasil	-	100%

(*) Em 2 de outubro de 2025, a controlada Metrobarra S.A. foi incorporada pela Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A - MetrôRio. A operação resultou no aumento de capital da controlada MetrôRio, subscrito pela Companhia e integralizado mediante a versão do acervo líquido da controlada Metrobarra, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 3.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 790.843 (R\$ 477.932 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado, e registrou prejuízo de R\$ (23.103) (lucro de R\$ 377.582 em 31 de dezembro de 2024).

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais

2.1 Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos financeiros emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos financeiros (CPC), que estão em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações financeiras foi autorizado pela Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

2.2 Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações novas e revisadas

Normas novas e alterações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- **Alteração ao IAS 21/CPC 02 – Moeda não conversível em outra moeda:** As alterações introduzem critérios para avaliar se uma moeda é conversível e estabelecem a metodologia para estimar a taxa de câmbio à vista quando a conversibilidade não existe. A norma exige agora a divulgação dos processos de estimativa e dos riscos associados às operações em jurisdições com restrições cambiais, visando maior transparência sobre os impactos nos fluxos de caixa e no patrimônio líquido.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas e interpretações novas e alteradas emitidas ainda não vigentes

As seguintes normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

- **Alterações ao IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações a classificação e mensuração de instrumentos financeiros que aprimoram os critérios de desreconhecimento de passivos em liquidações eletrônicas e a aplicação do teste SPPI em ativos com cláusulas contingentes ou estruturas sem recurso (non-recourse). Adicionalmente, expandem as exigências de divulgação para instrumentos designados ao VJORA e para termos contratuais que impactem a tempestividade ou a variabilidade dos fluxos de caixa contratuais.
- **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

- **IFRS 19: subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão quando entrarem em vigor.

2.3. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas financeiras críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de suas controladas no processo de aplicação das políticas financeiras materiais da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Notas Explicativas nº2.18.

2.4. Contrato de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

O ativo intangível deve ser amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCPC05.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

(a) Receitas de serviços

A companhia reconhece receita das principais fontes de receita a seguir:

- Receita tarifária (venda de passagem); e
- receitas acessórias, como locação de espaço físico

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

Receita tarifária (venda de passagem)

As receitas tarifárias provenientes com passagem, pela controlada MetrôRio são reconhecidas pelo regime de competência, e corresponde a contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 –Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Locação de carros metroviários

A Companhia, por meio de sua controlada Metrobarra, reconheceu receitas com a locação de carros metroviários pelo regime de competência, correspondentes ao valor da contraprestação recebida pelos serviços de locação do material rodante, sistemas de sinalização e telecomunicações embarcados a bordo, bem como pelo gerenciamento e pré-operação (“Material Rodante e Sistemas”). No exercício de 2025, tais receitas referem-se ao período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2025, até a data de incorporação da controlada Metrobarra pela controlada MetrôRio.

Receitas acessórias

A companhia através da sua controlada MetrôRio reconhece as receitas acessórias com cessão de espaço e veiculação de anúncios pelo regime de competência e corresponde ao valor da contraprestação recebida.

As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 –Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de créditos esperadas”. A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de “perdas de crédito esperadas”, avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de idade de vencimento.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.9. Adiantamentos

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. Os adiantamentos são apropriados ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10 Investimentos

Na elaboração de suas demonstrações financeiras individuais ("Controladora"), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial.

2.11 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, considerando a alocação do preço de compra ("PPA" – *Purchase Price Allocation*) sobre os ativos adquiridos e passivos assumidos. A combinação de negócios resulta em ágio quando o valor de aquisição excede o valor dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se o valor de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença será reconhecida como ganho de compra vantajosa (mais/menos valia) no resultado do exercício.

Para efeito de consolidação, os efeitos da alocação do preço de compra no balanço patrimonial consolidado são mantidos no intangível quando decorrentes de ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou distribuídos aos ativos e passivos quando sua avaliação resultar em mais valia.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

2.12. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos caso ocorra fato relevante que possa gerar impacto.

2.13. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial dos passivos de arrendamento reconhecidos, ajustados custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos efetuados.

2.14. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.15 Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.16. Obrigações com poder concedente

Refere-se à obrigação assumida no 10º TACC para investimento de R\$ 600.000 (base original), reajustados pelo INCC, na construção da Estação Gávea. A obrigação é reconhecida inicialmente pelo valor presente do fluxo de pagamentos, em contrapartida ao ativo intangível em andamento.

Após o reconhecimento inicial, o passivo é liquidado conforme a evolução das medições da obra. Mensalmente, é realizada a apropriação dos encargos financeiros decorrentes do ajuste a valor presente (AVP), cuja contrapartida é capitalizada no custo do ativo intangível em andamento.

2.17. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.18. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.19. Tributação

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas			
		Venda de passagem	Receitas locação	Receitas acessórias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00%	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00%	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço	ISS	2,00%	2,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda-calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social -calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.20. Benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

(a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

(b) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

(c) Planos de benefício definido

Plano de benefício pós emprego que não seja plano de contribuição definida.

O CPC 33 (R1) -Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Companhia mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente com 200 participantes.

2.21. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) –Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

O reconhecimento inicial desses ativos financeiros é feito apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os instrumentos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.
- Passivos financeiros ao custo amortizado: após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

ii) *Baixa de passivos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um passivo financeiro ocorre quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.22. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

2.23. Julgamentos, estimativas e premissas financeiras materiais

a) Julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Amortização do intangível

A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Provisão com estimativa de crédito de liquidação duvidosa

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento.

2.24. Informações por segmento

A Companhia possui três categorias de receita, tarifária, locação e acessória, contudo, os custos e despesas são registrados de forma unificada devido à natureza integrada das operações. Para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada como uma única unidade de negócio com as operações sendo controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma unificada.

2.25. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Restruturação societária - Incorporação da Metrobarra S.A.

a) Contexto Operacional

Em 02 de outubro de 2025, no âmbito da estratégia de reorganização societária do Grupo, foi aprovada a incorporação da controlada Metrobarra S.A. pela controlada Concessionária do Metrô do Rio de Janeiro S.A. ('MetrôRio'), ambas controladas pela HMOBI Participações S.A. A operação visa promover a racionalização e simplificação da estrutura societária e operacional das investidas, otimizando a alocação de ativos e passivos e potencializando ganhos econômicos através de uma gestão unificada. A integração dessas atividades complementares busca obter eficiências operacionais para a expansão dos negócios do Grupo.

b) Base de Mensuração

Considerando que a operação envolveu entidades sob controle comum, sendo a HMOBI Participações S.A. a única acionista de ambas as partes na data da transação, a incorporação foi contabilizada pelo método do valor contábil, mediante a integração do acervo líquido da controlada Metrobarra (composto por seus ativos e passivos) ao balanço da controlada MetrôRio pelos seus valores históricos de livros na data da incorporação.

c) Acervo Líquido e Aumento de Capital

O acervo líquido da controlada Metrobarra, incorporado pela controlada MetrôRio, foi avaliado em R\$ 904.006,76 (novecentos e quatro mil, seis reais e setenta e seis centavos). Em contrapartida ao acervo líquido incorporado, o capital social da controlada MetrôRio foi aumentado no montante exato correspondente. Foram emitidas 977.579 (novecentas e setenta e sete mil, quinhentas e setenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela acionista HMOBI Participações S.A. Conforme nota explicativa 14.

A composição do acervo líquido incorporado em 02 de outubro de 2025 é demonstrada a seguir:

Ativo	30/09/2025
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	14.881
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.358
Tributos a recuperar	558
Contas a receber - Partes relacionadas	21.600
Outras contas a receber	665
Total do ativo circulante	45.062
Não circulante	
Tributos a recuperar	7.165
Contas a receber - Partes relacionadas	21.617
Imobilizado	569.356
Intangível	5.541
Total do ativo não circulante	603.679
Total do ativo	648.741
Passivo e patrimônio líquido	30/09/2025
Circulante	
Fornecedores	5
Debêntures e empréstimos	81.914
Tributos a recolher	19
Obrigações com empregados	231
Contas a pagar - Partes Relacionadas	2.958
Total do passivo circulante	85.127
Não circulante	
Debêntures	562.710
Total do passivo não circulante	562.710
Total do passivo	647.837
Acervo líquido	904

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	7	3	6.479	19.882
Aplicações compromissadas (*)	7.660	44.218	7.660	44.218
Certificados de Depósito Bancário - CDB (**)	9	-	794.522	297.814
Total de caixa e equivalentes de caixa	7.676	44.221	808.661	361.914

(*) A Controladora possui aplicação compromissada de liquidez imediata que pode ser convertida em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatável em prazo inferior a três meses da data da respectiva aplicação. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a rentabilidade desta aplicação é em média 100,00% do CDI.

(**) As Controladas possuem aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB - Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. Em 31 de dezembro de 2025 a rentabilidade destas aplicações é em média 100,25% do CDI (103,59% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Certificados de Depósito Bancário CDB - MetrôRio (a)	107.528	205.318
Aplicações financeiras vinculadas CDB – MetrôRio (b)	-	20.446
	107.528	225.764
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas CDB – MetrôRio (b)	-	122.683
Aplicações financeiras vinculadas CDB – Metrobarra (c)	-	43.981
	-	166.664
Total de aplicações financeiras	107.528	392.428

(a) A rentabilidade destas aplicações é em média 100,00% do CDI (102,66% do CDI em 31 de dezembro de 2024) e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos da Companhia. Estas aplicações financeiras não estão classificadas como equivalentes de caixa, pois possuem carência igual ou superior a 90 dias e após este período passam a ter liquidez diária.

Aplicações financeiras vinculadas:

(b) Controlada MetrôRio

As aplicações financeiras nesta conta pagamento, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100,51% (100,00% em 31 de dezembro de 2024) com a finalidade de atender obrigações contratuais relacionadas as garantias da 9ª emissão de debêntures, vide nota explicativa 18.

(c) Controlada Metrobarra

As aplicações financeiras nesta conta reserva, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100,17% em 31 de dezembro de 2024 com a finalidade de atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas as garantias da 5ª emissão de debêntures, vide nota explicativa 18.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Aplicações financeiras (continuação)

Conciliação de aplicações financeiras e demonstrações do fluxo de caixa (DFC)

Saldo em 31/12/2023	434.941
Aplicações e resgates	(106.277)
Rendimento s/ aplicações financeiras	63.764
Saldo em 31/12/2024	392.428
<hr/>	
Saldo em 31/12/2024	392.428
Aplicações e resgates	(345.636)
Rendimento s/ aplicações financeiras	60.736
Saldo em 31/12/2025	107.528

6. Contas a receber

6(a) Contas a receber, líquidas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Recebíveis do GERJ (a)	97.045	310.543
Recebíveis do GERJ (b)	2.093	37.833
Recebíveis do GERJ (c)	-	30.315
Locação de trens (d)	-	63.934
Venda de passagens (e)	46.602	555
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (f)	12.185	9.532
Outros	78	23
Total dos recebíveis	158.003	452.735
Total de Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD")	(6.728)	(51.778)
Total do contas a receber, líquido	151.275	400.957
Circulante	151.275	302.429
Não circulante	-	98.528

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Oriunda do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros que versa sobre o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de janeiro a dezembro de 2021, corroborado pela assunção de obrigação do GERJ no Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") no valor total de R\$ 310.543, sendo R\$ 256.580 da parcela principal e R\$ 53.963 referentes a atualização monetária pelo IPCA.
- (b) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos- ET Pós. Em atendimento ao acordo firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (GERJ) na assinatura do 10º Termo Aditivo contratual, a controlada MetrôRio renunciou aos créditos correspondentes às competências anteriores à unificação da concessão das Linhas 1, 2 e 4. Em decorrência dessa renúncia, os valores de ET Pós previamente provisionados foram baixados, com a consequente reversão da PECLD. Os processos judiciais encerrados após a unificação da concessão das Linhas 1, 2 e 4 continuarão sendo registrados nesta rubrica.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Contas a receber (continuação)

- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo e Olimpíadas de 2016. No entanto, todos os valores em aberto encontravam-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas. Após a assinatura do 10º Termo Aditivo, os valores relacionados às gratuidades que estavam registrados anteriormente foram incluídos no mesmo processo de renúncia definido no acordo, com o consequente reconhecimento das baixas.
- (d) Contrato de Locação de Material Rodante e Sistemas Operacionais para o Transporte Metroviário de Passageiros da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro ("Contrato de Locação").
- (e) Venda de passagens a receber decorrem, principalmente, de vale-transporte eletrônico (Fetranspor) e de instituições financeiras pelas vendas em cartões de crédito e débito; e
- (f) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios).

6(b) Aging do contas a receber

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Contas a receber	PECLD	Contas a receber	PECLD
A Vencer	94.248	-	334.128	-
Vencidos				
Até 3 meses	51.814	(598)	51.468	(537)
De 3 a 6 meses	2.486	(1.193)	1.924	(1.263)
Acima de 6 meses	9.455	(4.937)	65.215	(49.978)
Total	158.003	(6.728)	452.735	(51.778)

6(c) Movimentação das perdas de créditos esperadas

Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício/período	(51.778)	(49.330)
Adições	(3.359)	(4.762)
Reversões 10º aditivo (i)	48.230	-
Reversões/Baixas	179	2.314
Saldo no fim do exercício/período	(6.728)	(51.778)

(i) Impacto decorrente do 10º Termo Aditivo conforme texto explicativo NE 6(b)

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	99.338	89.459
Total	99.338	89.459

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Impostos, taxas e contribuições

8(a) Tributos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social*	13.566	12.393
Tributos retidos na fonte (IRRF, CSLL)	10.486	5.923
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24.052	18.316
Tributos retidos na fonte (PIS e COFINS)	13.890	19.353
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	6.794	4.487
Tributos a recuperar	20.684	23.840
(*) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores.		
Circulante	13.519	16.675
Não circulante	7.165	7.165

8(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados abaixo:

Natureza	Consolidado		
	31/12/2024	Reconhecido no resultado	31/12/2025
Prejuízo fiscal (i)	275.033	(87.496)	187.537
Base negativa da contribuição social (i)	99.809	(31.154)	68.655
Mais (menos) valia - Ativo fiscal diferido s/ contingência	30.557	(13.682)	16.875
Provisão para riscos processuais	6.412	(4.084)	2.328
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa(ii)	17.605	(15.348)	2.257
Outras - provisões não dedutíveis	5.014	(842)	4.172
Participação nos lucros e resultado (PLR)	5.928	356	6.284
Total do ativo fiscal diferido	440.358	(152.250)	288.108
Mais (menos) valia - Passivo fiscal diferido s/ Intangível	(227.063)	(20.258)	(247.321)
Mais (menos) valia - Passivo fiscal diferido s/ Imobilizado(iii)	(31.754)	31.754	-
Amortização curva de demanda	(72.216)	17.269	(54.947)
Amortização do direito de concessão	(3.777)	362	(3.415)
Total do passivo fiscal diferido	(334.810)	29.127	(305.683)
Total do passivo fiscal diferido, líquido	105.548	(123.123)	(17.575)

- A redução dos saldos de ativo fiscal diferido de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL decorre principalmente pela baixa dos valores registrados na controlada Metrobarra S.A., em razão da ausência de expectativa de utilização futura desses créditos tributários, considerando a sua incorporação pela controlada MetrôRio, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 3.
- A redução do ativo fiscal diferido referente às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa decorre basicamente das baixas de contas a receber realizadas na controlada MetrôRio após o 10º Termo Aditivo. Conforme detalhado na nota explicativa nº 25.
- Redução do passivo fiscal diferido sobre a mais-valia do imobilizado, decorrente da incorporação da controlada Metrobarra S.A., com a reclassificação para do passivo fiscal diferido sobre intangível relacionado à operação da controlada MetrôRio, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Impostos, taxas e contribuições (continuação)

Natureza	Consolidado		
	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2024
Prejuízo fiscal	271.542	3.491	275.033
Base negativa da contribuição social	98.260	1.549	99.809
Mais (menos) valia - Ativo fiscal diferido s/ contingência	43.860	(13.303)	30.557
Provisão para riscos processuais	20.344	(13.932)	6.412
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	16.772	833	17.605
Outras - provisões não dedutíveis	7.546	(2.532)	5.014
Participação nos lucros e resultado (PLR)	6.165	(237)	5.928
Outros	3.314	(3.314)	-
Total do ativo fiscal diferido	467.803	(27.445)	440.358
Mais (menos) valia - Passivo fiscal diferido s/ Intangível	(243.391)	16.328	(227.063)
Mais (menos) valia - Passivo fiscal diferido s/ Imobilizado	(33.945)	2.191	(31.754)
Amortização curva de demanda	(61.600)	(10.616)	(72.216)
Amortização do direito de concessão	(4.065)	288	(3.777)
Total do passivo fiscal diferido	(343.001)	8.191	(334.810)
Total do ativo fiscal diferido, líquido	124.802	(19.254)	105.548

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativo de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base nas projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, conforme demonstrado a seguir:

Anos	31/12/2025
2026	25.976
2027	30.920
2028	34.828
2029 até 2032	196.384
Total das projeções de realização ativos fiscais diferidos	288.108

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Impostos, taxas e contribuições (continuação)

8(c) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL	19	-	-	-
Tributos em parcelamento	-	-	-	2.320
ISS	-	-	2.346	1.650
INSS sobre terceiros	-	-	645	586
IRRF e CSRF	7	2	762	608
Taxa AGETRANSP	-	-	537	350
PIS e COFINS	30	27	2.328	739
Tributos a recolher	56	29	6.618	6.253
Circulante	56	29	6.618	6.075
Não circulante	-	-	-	178

8(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado – Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(19.362)	377.582	120.681	411.159
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	6.583	(128.378)	(41.032)	(139.794)
Baixa não dedutível de recebíveis	-	-	(17.363)	(999)
Outras despesas não dedutíveis	(27)	-	(342)	(3)
Participação nos lucros e resultado (PLR)	-	-	(3.277)	(812)
Baixa permanente de tributos diferidos	-	-	(83.819)	-
Mais (menos) valia - Ativo fiscal diferido s/ contingência	(13.682)	(13.303)	(13.682)	(13.303)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.997)	132.545	-	-
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos	2.863	(4.348)	2.864	(6.121)
Adições	(21.843)	114.894	(115.619)	(21.238)
Ressarcimento emergencial - 2021	-	-	-	105.585
Recuperação de créditos tributários	-	-	-	1.135
Outras receitas	24	-	909	725
Amortização Mais valia - Ativo fixo	1.118	2.191	1.118	2.191
Amortização Mais valia - Intangível	10.377	16.328	10.377	16.328
Provisão de serviços compartilhados	-	-	230	338
Outras provisões	-	181	14	896
Variações Cambiais e Monetárias	-	-	219	257
Exclusões	11.519	18.700	12.867	127.455
Imposto de renda e contribuição social total	(3.741)	5.216	(143.784)	(33.577)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.554)	-	(20.661)	(14.323)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.187)	5.216	(123.123)	(19.254)
Total dos impostos no resultado	(3.741)	5.216	(143.784)	(33.577)
Alíquota efetiva	19,32%	-1%	119,15%	4%

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Adiantamentos e despesa antecipada

9.1 Adiantamentos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	6.375	3.562
Construtora – EPC Gávea (*)	35.185	-
Construtora – EPC Gávea - GERJ (**)	29.354	-
Pessoal – 13º e Férias	8.875	8.206
Total adiantamentos	<u>79.789</u>	<u>11.768</u>
Circulante	52.596	11.768
Não circulante	27.193	-

(*) Adiantamento realizado ao consórcio construtor da Estação Gávea, conforme contrato EPC (vide Nota Explicativa 1). Os valores correspondem à parte de responsabilidade da controlada MetrôRio.

(**) Adiantamentos efetuados ao consórcio construtor relativos à participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro (“GERJ”), conforme previsto no contrato EPC. Tais valores serão amortizados conforme o cronograma financeiro da obra.

9.2 Adiantamentos – Passivo

O montante de R\$ 33.639 corresponde a recursos recebidos do Estado do Rio de Janeiro (“GERJ”), que inicialmente são registrados no passivo como adiantamentos. Esses valores são baixados do passivo conforme a evolução da obra da Gávea e a emissão de medições pela construtora. O saldo remanescente refere-se à diferença entre os valores recebidos que ainda não foram abatidos por medições da construtora.

9.3 Despesa antecipada

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Seguros (i)	104	64	27.093	11.764
Garantias TI	26	23	5.716	4.042
	<u>130</u>	<u>87</u>	<u>32.809</u>	<u>15.806</u>
Circulante	104	87	27.680	14.795
Não circulante	26	-	5.129	1.011

(i) Os principais seguros da companhia, inclusos no saldo em aberto de despesas antecipadas, são: Responsabilidade civil, riscos operacionais e D&O (Directors & Officers).

10. Outras contas a receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reembolso de sinistros (i)	553	14.864
Superávit Fundo Previdenciário (ii)	6.429	-
Outros	-	650
Total despesa antecipada	<u>6.982</u>	<u>15.514</u>
Circulante	553	15.514
Não circulante	6.429	-

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Outras contas a receber (continuação)

- i) O montante de R\$ 553 (R\$ 14.864 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a gastos incorridos relacionados a sinistros, cujos custos para restabelecer as condições operacionais serão reembolsados pela seguradora, estando cobertos pelas apólices de seguros contratadas pela Companhia. Os gastos foram aprovados pela seguradora, e os reembolsos serão realizados conforme as condições estabelecidas nas apólices e após a finalização dos reparos.
- ii) A companhia mantém um plano de benefício definido (Plano I de Benefícios Metrô Rio, administrado pelo Multipensions Bradesco – em extinção), que está em processo de saldamento*. Como consequência do processo de extinção do fundo BD, todo o superávit existente no plano será objeto de reversão de valores à Companhia no prazo estimado de 36 meses.

* O saldamento dos Planos I e II consistirá no fechamento dos Planos com o encerramento das contribuições de participantes e patrocinador para estes planos. No caso do Plano I, que apresenta componentes de benefício definido, a reserva destinada à cobertura desses benefícios será individualizada entre os participantes. O superávit e os fundos previdenciais decorrentes desses superávits existentes no Plano serão distribuídos entre participantes e patrocinador, com base na proporção contributiva dos exercícios superavitários.

11. Saldos e transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e intermediárias.

Controladora

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2025			
			Ativo Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Resultado
Controlada MetrôRio (ii)	Cessão de recebíveis	Controlada	-	-	-	463
Controlada MetrôRio	Dividendos	Controlada	3.287	-	-	-
Total			3.287	-	-	463

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2024			
			Ativo Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Resultado
Controlada MetrôRio (ii)	Cessão de recebíveis	Controlada	60.032	-	-	-
Controlada MetrôRio (i)	Reembolso	Controlada	-	50	-	50
Controlada MetrôRio	Dividendos a receber	Controlada	60.084	-	-	-
Controlada MetroBarra	Dividendos a receber	Controlada	12.249	-	-	-
Fundos de Investimento/Previdência	Dividendos a pagar	Acionistas	-	-	188.791	-
Total			132.365	50	188.791	50

(i) Se refere a reembolso de despesas, conforme previsto no contrato firmado entre as partes, que determina que os custos e despesas relacionadas às instalações e recursos administrativos, financeiros ou de pessoal, de titularidade da Hmobi e utilizados pelo MetrôRio no desenvolvimento de suas atividades, serão devidos pela última. Os reembolsos serão realizados mensalmente 15 dias após o recebimento da respectiva nota de débito.

(ii) Refere-se a contrato de cessão de direitos creditórios firmado entre MetrôRio e a sua Controladora Hmobi Participações S.A., no qual a Hmobi adquiriu R\$ 60.000 em direitos creditórios do MetrôRio, com remuneração a mercado correspondente a 100% do CDI + 2% a.a.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11(a) Despesa com remuneração dos profissionais-chave da administração

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração (i)	267	257	17.869	6.371
Encargos	53	52	1.615	1.152
Outros benefícios	-	-	1.257	1.162
Total	320	309	20.741	8.685

- i) A remuneração é composta basicamente por pró-labore e bônus variáveis da Diretoria, além da remuneração do Conselho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o total de bonificação variável foi de R\$ 13.840 (R\$ 3.629 no exercício de 31 de dezembro de 2024), valor atrelado às metas e aos resultados obtidos pela Companhia.

12. Obrigação com empregados

Saldo das obrigações com empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração	-	-	20.195	18.291
Provisão de férias	-	-	19.843	17.865
Encargos	7	8	6.247	6.250
Outros benefícios	-	-	1.519	2.292
Total	7	8	47.804	44.698

13. Arrendamentos

a) Direito de uso

	31/12/2024	Reconhecimento inicial	Amortização	31/12/2025
	Direito de uso	-	4.408	(220)
	-	4.408	(220)	4.188

b) Passivo de arrendamento

	31/12/2024	Reconhecimento inicial	Juros	Pagamento	31/12/2025
	Obrigações por arrendamento	-	6.456	-	(323)
Ajuste a valor presente	-	(2.048)	149	-	(1.899)
	-	4.408	149	(323)	4.234
Total circulante	-	-	-	-	617
Total não circulante	-	-	-	-	3.616

Referem-se a um único contrato de arrendamento de equipamentos para o sistema de motores elétricos, iniciado em julho de 2025 reconhecido e mensurado de acordo com os critérios estabelecidos na norma CPC 06 (R2) – Arrendamentos. O contrato foi reconhecido considerando os pagamentos fixos, ajustados anualmente pelo IPCA, pelo período de 10 anos, descontados a uma taxa de 7,61% a.a., acrescida de um spread de 0,94%, totalizando 8,55% a.a. O passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros, calculado com base nessas condições.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Arrendamentos (continuação)

Os arrendamentos, classificados no passivo de longo prazo, têm seus vencimentos assim programados:

	Obrigações por arrendamento	(-) Ajuste a valor presente	Total
2026	646	(28)	618
2027	646	(77)	569
2028	646	(122)	524
2029	646	(164)	482
2030 até 2035	3.549	(1.508)	2.041
Total	6.133	(1.899)	4.234

14. Investimentos

As participações em controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas na data-base. A composição e movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir:

	31/12/2024	MetrôRio	Metrobarra	Incorporação	Subtotal	31/12/2025
Participação		100%	100%			
Custo investimento	900.526	(182.636)	(153.654)	-	(336.290)	564.236
Equivalência patrimonial	951.128	13.838	(46.181)	-	(32.343)	918.785
Participação	1.851.654	(168.798)	(199.835)	-	(368.633)	1.483.022
Mais (menos) valia - Intangível	667.831	(30.521)	-	90.106	59.585	727.416
Mais (menos) valia - Ativo fixo	93.394	-	(3.288)	(90.106)	(93.394)	-
Ágio MetrôRio (i)	203.959	-	-	37.788	37.788	241.747
Ágio - Metrobarra (i)	37.788	-	-	(37.788)	(37.788)	-
(Mais) menos valia – Passivo contingente	(89.875)	40.243	-	-	40.243	(49.632)
Mais (menos) valia - Tributos diferidos	(228.258)	(3.304)	1.118	-	(2.187)	(230.445)
Combinação de negócios	684.839	6.418	(2.170)	-	4.247	689.086
Investimento	2.536.493	(162.380)	(202.005)		(364.386)	2.172.107

Controladas	Participação	31/12/2024	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Redução de capital	Mais/(Menos) valia	Incorporação		31/12/2025
							Aumento de capital social	Movimentação por incorporação	
MetrôRio	100%	2.237.229	13.838	(183.541)	-	6.418	904	97.259	2.172.107
Metrobarra (ii)	100%	299.264	(46.181)	(17.750)	(135.000)	(2.170)	(904)	(97.259)	-
Total de Investimento		2.536.493	(32.343)	(201.290)	(135.000)	4.248	-	-	2.172.107

(i) Valores relacionados aos ativos identificáveis líquidos, cuja mais-valia é originada da aquisição das controladas MetrôRio e Metrobarra.

(ii) Em 02 de outubro de 2025, a controlada Metrobarra S.A. foi incorporada pela também controlada Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio"), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3. Em decorrência da incorporação, o investimento da controladora na Metrobarra foi baixado, sendo substituído pelo valor correspondente ao investimento na MetrôRio, que passou a absorver o acervo líquido da incorporada.

HMOBI Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

14. Investimentos (continuação)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>MetrôRio</u>	<u>Metrobarra</u>	<u>Subtotal</u>	<u>31/12/2024</u>
Participação		<i>100%</i>	<i>100%</i>		
Custo investimento	1.122.859	(60.084)	(162.249)	(222.333)	900.526
Equivalência patrimonial	561.291	338.262	51.575	389.837	951.128
Participação societária	1.684.150	278.178	(110.674)	167.504	1.851.654
Mais valia - Intangível	715.854	(48.023)	-	(48.023)	667.831
Mais valia - Ativo fixo	99.839	-	(6.445)	(6.445)	93.394
Ágio - MetrôRio (i)	203.959	-	-	-	203.959
Ágio - Metrobarra (i)	37.788	-	-	-	37.788
(Mais) menos valia – Passivo contingente	(129.002)	39.127	-	39.127	(89.875)
Mais (menos) valia - Tributos diferidos	(233.474)	3.026	2.190	5.216	(228.258)
Combinação de negócios	694.964	(5.870)	(4.255)	(10.125)	684.839
Investimento	2.379.114	272.308	(114.929)	157.379	2.536.493

Participação	31/12/2023 (Reapresentado)	Movimentação				31/12/2024
		Equivalência Patrimonial	Mais (menos) Valia (i)	Redução de capital	Dividendos	
MetrôRio	1.964.921	338.262	(5.870)	-	(60.084)	2.237.229
Metrobarra	414.193	51.575	(4.255)	(150.000)	(12.249)	299.264
Investimento	2.379.114	389.837	(10.125)	(150.000)	(72.333)	2.536.493

(i) Valores relacionados aos ativos identificáveis líquidos, cuja mais-valia é originada da aquisição das controladas MetrôRio e Metrobarra.

Informações financeiras resumidas das controladas

(i) Balanços patrimoniais

	<u>MetrôRio</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante	1.276.317	850.866
Ativo não circulante	3.540.922	2.551.935
Total do ativo	4.817.239	3.402.801
Passivo circulante	497.401	387.133
Passivo não circulante	2.836.818	1.363.850
Total do patrimônio líquido	1.483.020	1.651.818
Passivo + Patrimônio líquido	4.817.239	3.402.801

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Investimentos (continuação)

(ii) Demonstrações dos resultados

	MetrôRio	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro bruto	434.091	210.878
Receitas / (despesas) operacionais	(139.230)	(77.335)
Resultado financeiro	(243.665)	(107.825)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	51.196	25.718
Imposto de renda e contribuição social	(37.358)	(9.257)
Lucro líquido do período	13.838	16.461

15. Imobilizado

Taxa de depreciação %	Máquinas e equipamentos	Benfeitoria em instalação de terceiros	(Mais) menos valia - Ativo fixo	Equipamentos de informática	Instalações	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
	De 10 a 20	7 a 9		20	5 a 10	10		20	
CUSTO									
Saldos em 31/12/2024	855.614	293.631	111.142	70.665	-	17.247	15.334	776	1.364.409
Adições	748	-	-	2.591	11	497	1.919	63	5.829
Baixas	(14)	-	-	(37)	-	(40)	-	-	(91)
Baixas pela incorporação	(782.689)	(293.631)	(111.142)	(35.287)	-	(1.808)	(15.699)	-	(1.240.256)
Transferência	80	-	-	-	762	-	-	-	842
Saldos em 31/12/2025	73.739	-	-	37.932	773	15.896	1.554	839	130.733
DEPRECIACÃO									
Saldos em 31/12/2024	(392.915)	(157.929)	(17.749)	(57.820)	-	(14.138)	-	(718)	(641.269)
Adições	(26.292)	(16.441)	(3.288)	(2.146)	-	(1.102)	-	(63)	(49.332)
Baixas	14	-	-	37	-	48	-	-	99
Baixas pela incorporação	354.265	174.370	21.037	29.575	-	1.542	-	-	580.789
Saldos em 31/12/2025	(64.928)	-	-	(30.354)	-	(13.650)	-	(781)	(109.713)
RESIDUAL									
Em 31/12/2025	8.811	-	-	7.578	773	2.246	1.554	58	21.020
Em 31/12/2024	462.699	135.702	93.393	12.845	-	3.109	15.334	58	723.140

Taxa de depreciação %	Máquinas e equipamentos	Benfeitoria em instalação de terceiros	(Mais) menos valia - Ativo fixo	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
	De 10 a 20	7 a 9		20	10		20	
CUSTO								
Saldos em 31/12/2023 (Reapresentado)	854.421	293.631	111.142	67.925	17.110	12.295	817	1.357.341
Adições	1.188	-	-	1.394	165	3.588	-	6.335
Baixas	(77)	-	-	(12)	(28)	(279)	(41)	(437)
Transferência	82	-	-	1.358	-	(270)	-	1.170
Saldos em 31/12/2024	855.614	293.631	111.142	70.665	17.247	15.334	776	1.364.409
DEPRECIACÃO								
Saldos em 31/12/2023 (Reapresentado)	(351.900)	(130.710)	(11.304)	(52.462)	(12.897)	-	(676)	(559.949)
Adições	(41.082)	(27.219)	(6.445)	(5.370)	(1.269)	-	(83)	(81.468)
Baixas	67	-	-	12	28	-	41	148
Saldos em 31/12/2024	(392.915)	(157.929)	(17.749)	(57.820)	(14.138)	-	(718)	(641.269)
RESIDUAL								
Em 31/12/2024	462.699	135.702	93.393	12.845	3.109	15.334	58	723.140
Em 31/12/2023 (Reapresentado)	502.521	162.921	99.838	15.463	4.213	12.295	141	797.392

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Prazo de amortização

A depreciação dos ativos imobilizados, em sua maioria representada pelos montantes da controlada Metrobarra, foi reconhecida através de projeção de curva de demanda estimada até o término do Contrato de aluguel dos trens, visto que a operação da Companhia está intrinsecamente relacionada ao Contrato de Concessão da CRB, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Imobilizado em andamento

O saldo remanescente no imobilizado em andamento é composto dos projetos relacionados ao piloto automático, sinalização, sistemas de telecomunicação, peças para composição dos trens CRC e adequações no centro de manutenção e no centro de controle operacional.

Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment")

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e mais valia, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados, a cada exercício para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização no período findo em 31 de dezembro de 2025.

16. Intangível e Infraestrutura em construção

	Investimento na concessão 16(a)	Direito de concessão 16(b)	Peças sobressalentes	Ágio (goodwill) (i)	Mais (menos) valia	Software	Outros	Total	Infraestrutura em construção 16(c)	Total
CUSTO										
Saldos em 31/12/2024	2.099.611	1.668.210	59.197	241.747	791.839	58.727	14	4.919.345	110.489	5.029.834
Adições	13.939	53.729	46.141	-	-	374	-	114.183	630.871	745.054
Adições pela incorporação	1.109.365	-	-	-	111.142	-	-	1.220.507	19.745	1.240.252
Baixas	(157)	-	(103)	-	-	-	-	(260)	(608)	(868)
Transferência	93.842	107	(43.072)	-	-	3.458	-	54.335	(55.177)	(842)
Saldos em 31/12/2025	3.316.600	1.722.046	62.163	241.747	902.981	62.559	14	6.308.110	705.320	7.013.430
AMORTIZAÇÃO										
Saldos em 31/12/2024	(963.089)	(930.468)	-	-	(124.007)	(41.080)	-	(2.058.644)	-	(2.058.644)
Adições	(95.672)	(33.096)	-	-	(30.521)	(1.438)	-	(160.727)	-	(160.727)
Adições pela incorporação	(559.750)	-	-	-	(21.037)	-	-	(580.787)	-	(580.787)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	(1.618.511)	(963.564)	-	-	(175.565)	(42.518)	-	(2.800.158)	-	(2.800.158)
RESIDUAL										
Em 31/12/2025	1.698.089	758.482	62.163	241.747	727.416	20.041	14	3.507.952	705.320	4.213.272
Em 31/12/2024	1.136.522	737.742	59.197	241.747	667.832	17.647	14	2.860.701	110.489	2.971.190

	Investimento na concessão 16(a)	Direito de concessão 16(b)	Peças sobressalentes	Ágio (goodwill) (i)	Mais (menos) valia	Software	Outros	Total	Infraestrutura em construção 16(c)	Total
CUSTO										
Saldos em 31/12/2023 (Reapresentado)	2.045.799	1.668.210	48.206	241.747	791.839	58.512	14	4.854.327	47.492	4.901.819
Adições	28.993	-	49.632	-	-	182	-	78.807	53.750	132.557
Baixas	(66)	-	(1.553)	-	-	-	-	(1.619)	(1.753)	(3.372)
Transferência	24.885	-	(37.088)	-	-	33	-	(12.170)	11.000	(1.170)
Saldos em 31/12/2024	2.099.611	1.668.210	59.197	241.747	791.839	58.727	14	4.919.345	110.489	5.029.834
AMORTIZAÇÃO										
Saldos em 31/12/2023 (Reapresentado)	(865.774)	(877.148)	-	-	(75.984)	(39.985)	-	(1.858.891)	-	(1.858.891)
Adições	(97.315)	(53.320)	-	-	(48.023)	(1.095)	-	(199.753)	-	(199.753)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2024	(963.089)	(930.468)	-	-	(124.007)	(41.080)	-	(2.058.644)	-	(2.058.644)
RESIDUAL										
Em 31/12/2024	1.136.522	737.742	59.197	241.747	667.832	17.647	14	2.860.701	110.489	2.971.190
Em 31/12/2023 (Reapresentado)	1.180.025	791.062	48.206	241.747	715.855	18.527	14	2.995.436	47.492	3.042.928

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Intangível e infraestrutura em construção (continuação)

(i) Ágio oriundo da realização da análise do preço de alocação, conforme previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócio.

Prazo de amortização

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda de passageiros estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(a) Investimento na concessão

São investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias permanentes, subestações de energia e toda a infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação das Linhas 1, 2 e 4. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

(b) Direito de concessão

Direito de concessão referente à Outorga principal e Outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018) conforme os termos da alínea “b”, Parágrafo 1º da Cláusula 9ª do Sexto Termo Aditivo, através do qual a companhia e o Poder Concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038.

Em 10 de abril de 2025 a controlada MetrôRio firmou junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Com a assinatura do 10º Termo Aditivo, o contrato passa a unificar a operação das Linhas 1, 2 e 4 sob gestão da controlada MetrôRio, com prazo estendido até 2048. Conforme mencionado na nota explicativa 1.

(c) Infraestrutura em construção

Com a assinatura do 10º Termo Aditivo Contratual, foi assumido o compromisso de investir até R\$ 600.000 na construção da Estação Gávea, valor este ajustado pelo INCC. O montante de R\$ 612.846 foi registrado na rubrica de infraestrutura em construção, em contrapartida com as obrigações com o poder concedente, conforme nota explicativa nº 19. Adicionalmente, destaca-se que esse reconhecimento está dentro do escopo do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente e foi contabilizado o respectivo ajuste, que será realizado até a conclusão das obras da estação da Gávea.

Os valores de infraestrutura em construção estão apresentados da seguinte forma:

	Projetos em andamento	Obra Estação Gávea	Ajuste a valor presente - Obra Gávea	Total
Saldos em 31/12/2024	110.489	-	-	110.489
Estação Gávea	-	612.846	(70.430)	542.416
Custos incorridos na obra	47.105	(47.105)	-	-
Juros incorridos	-	-	20.413	20.413
Adições (i)	87.179	-	-	87.179
Transferências	(55.177)	-	-	(55.177)
Saldos em 31/12/2025	189.596	565.741	(50.017)	705.320

- (i) Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Tendo como principais projetos no período: Substituição de lastro, substituição sistema de detecção de alarme de incêndio nas estações das linhas 1,2 e 4, revitalização sistema mecânico dos trens, inspeção e reconstrução de muros, retrofit de painéis, adequação sistema tetra L 1,2 e 4, sonorização de frota.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Intangível e infraestrutura em construção (continuação)

Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment")

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados, a cada exercício, para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	197	137	88.943	141.979
Fornecedores internacionais	-	-	955	4.651
Total	197	137	89.898	146.630

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia.

18. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de debêntures estava composto da seguinte forma:

	Emissão	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2025			31/12/2024
					Circulante	Não circulante	Total	Total
Debêntures								
MetrôRio	10 ^a	IPCA	7,88% a.a.	15/03/2042	-	2.871.202	2.871.202	-
MetrôRio	9 ^a	IPCA	7,09% a.a.	15/12/2031	-	-	-	1.515.755
Metrobarra	5 ^a	DI	2,45% a.a.	30/08/2031	-	-	-	708.300
					-	2.871.202	2.871.202	2.224.055
Custo de captação					-	(268.892)	(268.892)	(75.239)
Total					-	2.602.310	2.602.310	2.148.816

Aplicações financeiras vinculadas:

Controlada MetrôRio

A controlada MetrôRio, em atendimento à cláusula 4.9 do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas e Outras Avenças da 9^a emissão de debêntures, manteve, até o momento do resgate antecipado facultativo, conta de aplicação financeira vinculada (vide nota explicativa 4).

Em conexão com a escritura da 10^a emissão de debêntures, a controlada MetrôRio terá, a partir de 16 de setembro de 2026, a obrigação de efetuar aportes mensais durante 18 meses, em conta de aplicação financeira vinculada.

Controlada Metrobarra

As Debêntures são da espécie com garantia Real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, pelo rito automático de distribuição.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Debêntures e empréstimos (continuação)

Em conexão com a escritura da 5ª emissão de debêntures, a controlada Metrobarra mantinha uma conta reserva no valor da próxima parcela de principal e juros. A obrigação foi extinta em razão do resgate antecipado facultativo (vide nota explicativa 4).

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	2.148.816	2.241.037
Captação de empréstimo	2.800.000	680.000
Custo de captação	(272.982)	(12.055)
Juros	148.905	160.328
Variação monetária	156.785	101.304
Amortização custo de captação	79.333	10.659
Pagamento principal	(1.869.305)	(846.509)
Pagamento de juros	(129.408)	(157.018)
Pagamento de variação monetária	(459.834)	(28.930)
Saldo no fim do exercício	2.602.310	2.148.816

Composição dos pagamentos das debêntures por ano de vencimento:

Ano	31/12/2025
2027	11.214
2028	44.482
2029 em diante	2.815.506
	2.871.202
Custo de captação	(268.892)
	2.602.310
Não circulante	2.602.310

Debêntures - Controlada MetrôRio

Em 02 de outubro de 2025, a controlada MetrôRio emitiu 2.800.000 debêntures da 10ª emissão, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00. A captação dos recursos ocorreu em seu montante integral, e a amortização será realizada em 29 parcelas semestrais, sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, com primeiro pagamento em 15 de março de 2028 e vencimento em 15 de março de 2042, considerando atualização monetária pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além de juros remuneratórios de 7,88% ao ano.

Em 06 de outubro de 2025, a Companhia, realizou o resgate antecipado facultativo total da 9ª emissão, no montante de R\$ 1.554.732.

Hipóteses de vencimento antecipado

Nos termos dos contratos da 10ª emissão de debêntures, a Companhia está sujeita ao cumprimento de certas obrigações específicas que necessitam da anuência dos seus credores e seu descumprimento pode resultar em declaração do vencimento antecipado e execução das garantias constituídas.

Os principais critérios são: (i) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária não sanado em até 2 dias úteis; (ii) pedido ou decretação de recuperação judicial, falência ou dissolução da Companhia ou suas controladas; (iii) cancelamento do registro de companhia aberta ou reorganização societária relevante sem anuência dos debenturistas; (iv) vencimento antecipado de dívidas financeiras iguais ou superiores a R\$70 milhões; (v) perda ou extinção da concessão metroviária; (vi) não constituição ou reforço das garantias nos prazos previstos; (vii) descumprimento do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,1 a partir de 31 de dezembro de 2028.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Debêntures e empréstimos (continuação)

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia encontra-se em pleno cumprimento com as obrigações previstas na escritura de emissão das debentures.

Avaliação de Rating

Em 02 de outubro de 2025, última avaliação realizada, as agências de rating S&P Global Ratings e Fitch ratings atribuíram o rating de 'AAA' para a emissão da controlada MetrôRio.

Debêntures - Controlada Metrobarra

Em 30 de Agosto de 2024, a controlada Metrobarra emitiu a 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, pelo rito automático de distribuição, no volume total de R\$ 680.000, remuneradas a CDI + 2,45% ao ano, vencimento em 30 de agosto de 2031 com juros e amortização semestrais. O período de carência é de 12 meses para iniciar as amortizações.

Em 06 de Setembro de 2024, a controlada Metrobarra fez o resgate antecipado facultativo total da 3ª emissão no valor de R\$671.231.

Em 17 de novembro de 2025, a controlada MetrôRio, cuja dívida herdou através da incorporação da controlada Metrobarra fez o resgate antecipado facultativo total da 5ª emissão no valor de R\$669.409.

19. Obrigações com poder concedente

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Obrigações 10º TACC (i)	565.741	-
(-) Ajuste a valor presente (ii)	(50.017)	-
	<u>515.724</u>	<u>-</u>
Curto prazo	312.131	-
longo prazo	203.593	-

(i) A partir do 10º TACC firmado entre a controlada MetrôRio e o poder concedente, a Companhia assumiu o compromisso de investir até R\$ 600.000 na construção da Estação Gávea, reajustados pelo INCC. Por sua vez, o Estado do Rio de Janeiro se comprometeu a aportar recursos financeiros no montante de R\$: 146.772 e assume exclusivamente a responsabilidade por pleitos adicionais do Consórcio Construtor.

(ii) Ajuste a valor presente – de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 – Ajuste a valor presente, valores a pagar sujeitos à atualização monetária com base em índices de preços ou inflacionários, sem juros, devem ser objeto de AVP. A companhia utilizou o fluxo mencionado anteriormente e uma taxa real de juros com adição de spread, totalizando 8,55% a.a. A contrapartida do ajuste a valor presente foi registrada na rubrica intangível em andamento, nota explicativa nº 16 (c).

Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação das obrigações com poder concedente estava apresentada da seguinte forma:

	<u>Obrigações 10º TACC</u>	<u>(-) Ajuste a valor presente</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2024	-	-	-
Registro inicial – Obrigações 10º TACC	612.846	(70.430)	542.416
Amortização	(47.105)	-	(47.105)
Juros incorridos	-	20.413	20.413
Saldo em 31/12/2025	565.741	(50.017)	515.724

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Obrigações com poder concedente (continuação)

Os aportes da controlada MetrôRio serão feitos de acordo com um fluxo pré-determinado no contrato EPC para a implantação da Estação Gávea e, dessa forma, as obrigações com o poder concedente estão apresentadas da seguinte forma:

	Obrigações 10º TACC	(-) Ajuste a valor presente	Total
2026	328.113	(15.982)	312.131
2027	149.939	(18.052)	131.887
2028	87.689	(15.983)	71.706
Total	565.741	(50.017)	515.724

20. Concessão de serviço público

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante		
Direito de concessão (Até janeiro de 2038) (a)	10.206	14.182
	10.206	14.182

(a) Obrigação de pagar pelo direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038).

O montante de R\$ 10.206 (R\$ 14.182 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a assunção pela Companhia da obrigação de pagamento das condenações judiciais devidas pela Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro e Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTIRLHOS, em processos com data anterior à tomada de posse da prestação do serviço público de passageiros das Linhas 1 e 2, ocorrida em 05 de abril de 1998, em contrapartida ao preço da outorga suplementar devida pela entrada em operação das estações Siqueira Campos, Cantagalo e General Osorio, previsto no §2º da Clausula Nona e §§ 13º e 14º da Clausula Vigésima Segunda do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a controlada MetrôRio está mantendo a parcela de outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Movimentação da concessão:

	31/12/2024	Atualização monetária	Provisão	Reversão	31/12/2025
Outorga (a)	14.182	(672)	-	(3.304)	10.206
Não circulante	14.182	(672)	-	(3.304)	10.206
	31/12/2023	Atualização monetária	Provisão	Reversão	31/12/2024
Outorga (a)	18.631	(1.108)	430	(3.771)	14.182
Não circulante	18.631	(1.108)	430	(3.771)	14.182

(a) Outorga do não circulante refere-se ao Anexo V do Sexto Aditivo ao Contrato de Concessão.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Adiantamentos de clientes

Composição

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviço a prestar – Giro (a)	2.499	3.700
Receitas antecipadas (b)	725	718
Outros adiantamentos	-	62
Total	<u>3.224</u>	<u>4.480</u>

(a) Vendas de bilhetes unitários.

(b) Receitas *accessórias* antecipadas.

22. Receita diferida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas <i>accessórias</i> antecipadas (i)	955	1.157
	<u>955</u>	<u>1.157</u>

(i) Representada pelos valores recebidos antecipadamente de clientes referentes a receitas *accessórias*, cujo reconhecimento será apropriado ao resultado de forma proporcional ao longo de um período superior a 12 meses.

23. Provisões para riscos processuais

23(a) Passivo contingente provisionado

A controlada MetrôRio é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A controlada MetrôRio, em conjunto com os seus consultores jurídicos realizaram análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Natureza do risco		
Passivo contingente –PPA (i)	49.632	89.875
Trabalhistas	8.823	8.324
Regulatório	-	6.488
Cíveis	2.741	4.826
Outros	58	143
Total	<u>61.254</u>	<u>109.656</u>

(i) Refere-se à alocação a valor justo dos passivos contingentes com prognóstico de perda possível, decorrentes da Combinação de Negócios, oriundos da aquisição da controlada MetrôRio.

As reversões do Passivo contingente são apropriadas ao resultado de acordo com a exigibilidade do processo que originou o seu reconhecimento na controlada MetrôRio. Segue no quadro abaixo a movimentação da reversão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisões para riscos processuais (continuação)

Natureza do risco	31/12/2024	Baixa (encerrados)	Transferência para provável	31/12/2025
Cível	19.344	(402)	(501)	18.441
Regulatório (a)	24.951	(24.951)	-	-
Trabalhista	6.861	(594)	(700)	5.567
Tributário	33.055	(13.095)	-	19.960
Ambiental	5.664	-	-	5.664
Total geral	89.875	(39.042)	(1.201)	49.632

Movimentação da provisão:

Natureza do risco	31/12/2024	Constituição	Baixas	Reversões	Atualização monetária	31/12/2025
Passivo contingente – Combinação negócio	89.875	-	(39.042)	(1.201)	-	49.632
Trabalhistas	8.324	1.664	-	(1.010)	(155)	8.823
Regulatório(a)	6.488	1.212	-	(6.185)	(1.515)	-
Cíveis	4.826	871	-	(2.562)	(394)	2.741
Outros	143	35	-	(60)	(60)	58
Total	109.656	3.782	(39.042)	(11.018)	(2.124)	61.254

Natureza do risco	31/12/2023 (Reapresentado)	Constituição	Baixas	Reversões	Atualização monetária	31/12/2024
Passivo contingente – Combinação negócio	129.002	-	(35.961)	(3.166)	-	89.875
Trabalhistas (b)	39.319	2.036	-	(33.050)	19	8.324
Tributários (c)	13.153	-	-	(13.153)	-	-
Regulatório	3.426	3.797	-	(1.550)	815	6.488
Cíveis	3.702	489	-	(517)	1.152	4.826
Outros	236	-	-	(20)	(73)	143
Total	188.838	6.322	(35.961)	(51.456)	1.913	109.656

- (a) Em 10 de abril de 2025, a controlada MetrôRio e a AGETRANSP celebraram um Termo de Acordo Administrativo, no contexto da assinatura do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O acordo teve como objetivo substituir todos os processos administrativos e judiciais existentes, bem como as penalidades pecuniárias de natureza administrativa e/ou contratual aplicadas pela AGETRANSP, por investimentos destinados à melhoria da fiscalização da AGETRANSP e do sistema metroviário, a serem executados pela controlada MetrôRio, com base em fatos ocorridos até a referida data. A celebração do acordo estabeleceu que todos os processos, decididos ou não, com ou sem penalidade, seriam extintos, vedando-se a instauração de novos procedimentos sobre os mesmos fatos. O acordo também envolveu a renúncia, por parte da controlada MetrôRio, a créditos e pleitos administrativos e judiciais relacionados a glosas regulatórias e revisões tarifárias. Em contrapartida, foram assumidas obrigações regulatórias e contratuais, incluindo investimentos vinculados à melhoria da fiscalização da AGETRANSP e do sistema metroviário, bem como o cumprimento de metas de desempenho operacional. Como efeito, os valores anteriormente provisionados para essas contingências foram revertidos, refletindo a redução dos riscos regulatórios associados.
- (b) A redução significativa no período ocorre devido ao acordo homologado com o Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro (“CVI”), no âmbito da Ação Civil Pública na qual se pretende a adequação das estações do metrô da cidade do RJ às condições de acessibilidade necessárias às pessoas com deficiência. Na demanda em questão a Cia do Metropolitano do Rio de Janeiro foi condenada a instalar acesso para deficientes físicos em todas as estações do metrô, sob pena de multa diária de R\$1.000,00. Diante da inércia da Cia do Metropolitano em cumprir o acórdão, o Ministério Público instaurou execução, conseguindo que a controlada MetrôRio fosse incluído no polo passivo em 2007. Em que pese a discussão sobre a sucessão das

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisões para riscos processuais (continuação)

responsabilidades da Cia do Metropolitano, a controlada MetrôRio acabou adequando as estações para prover acessibilidade e obteve a concordância do poder concedente (AGETRANSP). Mas CVI vinha cobrando a multa astreinte pelo lapso de tempo que entendia ser a partir de 1998 até 2016. Assim, além da discussão da sucessão empresarial, existia a discussão sobre o valor da multa, pois CVI entendia ser de R\$ 30 milhões a controlada MetrôRio, se fosse superada a questão da sucessão, entendia ser de no máximo R\$ 8 milhões. Como objetivo de pôr fim ao litígio de quase 29 anos, as partes resolveram fazer um acordo que reduziu o valor da multa para R\$ 4,6 milhões e no qual previu obrigações de fazer. Tal fato levou ao encerramento do caso.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 também ocorreu uma reversão relevante no âmbito da ação plúrima (Nº 0001028-44.2011.5.01.0008) movida pelo Sindicato – SIMERJ em discussão envolvendo acúmulo de funções por agentes de segurança que estavam no quadro de funcionários da Companhia à época da extinção da função de oficial de estação, em 2003. A reversão da provisão se deu com base em parecer jurídico emitido a partir de decisões judiciais contemplando a redução dos substituídos e determinação de que a execução da sentença se dará de forma segregada (em pequenos grupos homogêneos), fazendo com que o prognóstico do processo fosse alterado para perda possível e consequentemente a provisão fosse revertida.

- (c) Em 31 de dezembro de 2024, houve reversão da provisão na ação movida em 2015 pela companhia que pleiteava, através de processo judicial, a retirada da cobrança da TUST e da TUSD da base de cálculo do ICMS incidente nas contas de energia elétrica. Em março de 2024, o colegiado do STJ estabeleceu a data de 27/03/2017 como marco temporal para a cobrança da TUST e da TUSD, ressaltando que, aqueles contribuintes que até esta data eram beneficiados por decisão que permitia a dedução da TUST e da TUSD da base de cálculo do ICMS incidente nas contas de energia elétrica, não eram obrigados a pagar o valor até então não realizado. Assim, tendo em vista que a tutela da controlada MetrôRio foi obtida antes de 27/03/2017, foi possível a reversão do valor anteriormente provisionado para pagamento.

23(b) Composição dos riscos possíveis não provisionados:

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhista (i)	133.935	113.888
Cíveis (ii)	49.794	45.325
Regulatórios (iii)	48	44.478
Tributários (iv)	15.830	10.858
Ambiental	9.070	8.162
Total	208.677	222.711

(i) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2025, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 133.935 sendo R\$ 72.991 relacionado à processos sucessórios do Contrato de Concessão, a serem ressarcidos pelo Estado através de reequilíbrio contratual ou pagamento (R\$ 113.888 em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$ 60.517 processos sucessórios).

(ii) Riscos cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, as perdas cíveis possíveis consolidadas estavam estimadas em R\$ 49.794 (R\$ 45.325 em 31 de dezembro de 2024).

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisões para riscos processuais (continuação)

Metrobarra S.A

Em 28 de outubro de 2019, a ENGENEERING DO BRASIL S.A. (“ENGdB”) deu início ao Procedimento arbitral nº CAM 78/2019/SEC, que tem por objeto a verificação do cumprimento das obrigações recíprocas pactuadas entre as partes no “Contrato de Fornecimento e Instalação n.º 46.00002876”, celebrado em 06 de agosto de 2014, entre a controlada Metrobarra e ENGdB, cujo objeto era o fornecimento e instalação de sistemas de telecomunicações adequados para serem operados por novos trens para a linha 4 do sistema de metrô do Estado do Rio de Janeiro. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam o prognóstico de perda como possível para esse processo. A ENGdB alega que a execução dos serviços teria sido prejudicada em função de ações ou omissões da controlada Metrobarra, além de não ter recebido parcelas relativas aos supostos serviços já realizados. Cobra, portanto, os valores referentes às parcelas supostamente não recebidas. Em contrapartida, a controlada Metrobarra alega ter sido impactada negativamente pela ENGdB em razão da execução de serviços em desalinhamento aos efetivamente contratados que demandaram contratações adicionais para promoção de adequações, bem como a existência de outros prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual da Requerente, Cobra, portanto, os valores referentes às contratações adicionais, no valor de R\$ 39.816.

Na opinião dos advogados externos os processos supracitados possuem prognóstico possível e valor em risco estimado de R\$ 40.041(R\$ 33.163 em 31 de dezembro de 2024). Não houve mudança no status do processo para o período findo em 31 de dezembro de 2025.

(iii) Riscos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2025, as multas regulatórias possíveis em esfera judicial foram estimadas em R\$ 48 (R\$ 44.478 em 31 de dezembro de 2024).

Conforme o item 1.3 do Termo de Acordo firmado em 10 de abril de 2025 entre a controlada MetrôRio e a AGETRANSP, mencionado anteriormente na Nota Explicativa 23(a), foi definida a extinção de todos os processos relacionados a fatos ocorridos antes da assinatura do acordo. Em razão disso, houve redução dos riscos regulatórios classificados como contingências possíveis.

(iv) Riscos tributários

Em 31 de dezembro de 2025, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 15.830 (R\$ 10.858 em 31 de dezembro de 2024).

Trata-se de auto de infração lavrado pelo Município do Rio de Janeiro no dia 23 de dezembro de 2016, no valor histórico de R\$ 5,8 milhões, sendo principal de R\$ 3,7 milhões, em razão de suposta falta de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) concernente aos serviços prestados mediante locação, cessão de direitos de uso e congêneres, no período de outubro de 2012 a junho de 2016 (infração 1), e outubro de 2012 à dezembro de 2015 (infração 2). A controlada MetrôRio alegou em sua defesa que a cessão pura de espaço não constitui serviço e, portanto, não é tributável pelo ISS, assim como a cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda não representa uma atividade sujeito ao imposto municipal. O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível e o valor em risco estimado em R\$ 10.488(R\$ 9.657 em 31 de dezembro de 2024)

Metrobarra S.A

Em novembro de 2025, a controlada Metrobarra S.A., empresa incorporada pela controlada MetrôRio em outubro de 2025, foi autuada pela Receita Federal no valor de R\$ 3,8 milhões, exigindo o pagamento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referentes ao ano-calendário de 2020, sob a alegação de que a empresa teria deduzido indevidamente provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) na apuração da base de cálculo do lucro tributável. Em dezembro a controlada MetrôRio apresentou sua defesa alegando, em síntese: (1) Premissa Incorreta da Autuação Fiscal: A autoridade fiscal alegou que a empresa teria deduzido indevidamente provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) na apuração do IRPJ e da CSLL do ano-calendário de 2020. A impugnação sustenta que tal dedução jamais ocorreu. (2) Natureza dos Ajustes Realizados em 2022:

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisões para riscos processuais (continuação)

As retificações efetuadas em 2022 não tiveram como objetivo gerar benefícios fiscais, mas corrigir erros contábeis anteriores relacionados ao reconhecimento de receitas. (3) Base Contratual para Reconhecimento de Receitas: Pelos contratos de locação e compartilhamento de receitas, os valores devidos eram variáveis e vinculados ao Fluxo de Caixa Livre da CRB (Rio Barra S.A.), e não a valores fixos. Assim, a empresa não tinha direito incondicional aos valores superiores anteriormente registrados. (4) Conformidade com Normas Contábeis e Legislação Tributária: A impugnação argumenta que as correções estão em consonância com as normas contábeis brasileiras (CPC 23 e CPC 47) e com o princípio da prevalência da substância sobre a forma (art. 118 do CTN). O reconhecimento anterior de receitas fictícias contrariava esses princípios. O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível e o valor em risco estimado em R\$ 3.871(R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024)

23(c) Depósitos judiciais e recursais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depósitos judiciais - embargos de terceiros(i)	7.803	8.828
Depósitos recursais	5.345	1.569
Total	<u>13.148</u>	<u>10.397</u>

Depósitos judiciais	31/12/2024	Bloqueio judicial	Constituição	Baixa (ii)	Atualização	31/12/2025
Embargos de terceiros(i)	8.828	-	19	(1.612)	568	7.803
Recursais	1.569	2.398	1.223	(205)	360	5.345
Total	<u>10.397</u>	2.398	1.242	<u>(1.817)</u>	<u>928</u>	<u>13.148</u>

(i) Trata-se de recursos jurídicos que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos- ET Pós, vide nota explicativa 6(a).

(ii) Refere-se à reversão dos depósitos judiciais efetuados, os quais estão sendo reintegrados aos recursos financeiros da Companhia.

Depósitos judiciais	31/12/2023	Bloqueio judicial	Constituição	Baixa	Atualização	Transferência	31/12/2024
Embargos de terceiros(i)	11.962	-	6	(3.553)	413	-	8.828
Recursais(ii)	664	2.591	606	(2.491)	199	-	1.569
Total	<u>12.626</u>	2.591	612	<u>(6.044)</u>	<u>612</u>	-	<u>10.397</u>

24. Patrimônio líquido

24(a) Capital social

Em 08 de novembro de 2021, a antiga controladora transferiu, em dação em pagamento, a totalidade de 12.500 ações preferenciais e 237.500 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de emissão da HMOBI, representativas de 100% do seu capital social, então de sua titularidade, para o IAV FIP.

Na mesma data em ato subsequente, foi realizada uma assembleia geral extraordinária da HMOBI, na qual foi aprovada (i) a conversão de todas as ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, de emissão da HMOBI, em ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o capital social da HMOBI passou a ser representado exclusivamente por 250.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e (ii) o aumento do capital social da HMOBI em valor total de R\$ 1.100.328.153, mediante emissão de 1.833.880.255 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando 1.834.130.255 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Patrimônio líquido (continuação)

24(b) Reserva de capital

Em 08 de novembro de 2021, juntamente com o aumento de capital no montante de R\$ 1.100.328 foi destinado à formação de reserva de capital da Companhia, o valor de R\$ 733.552 nos termos do artigo 182, §1.º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações.

24(c) Reservas de Lucro

(i) Reserva legal

Corresponde a 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e acrescida do montante das reservas de capital não excederá 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei 6.404/76 das sociedades por ações.

Em 31 de dezembro de 2024, a soma dos montantes da reserva legal e da reserva de capital excedeu 30% do capital social. Por esse motivo, a Companhia está dispensada de constituir a reserva legal, conforme previsto no Art. 193 §1.º da Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura distribuição aos acionistas.

Em 05 de dezembro de 2025, por meio de Assembleia Geral Ordinária, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), que foram pagos no dia 08 de dezembro de 2025 com base nas reservas de lucros da (i) R\$ 27.071.000,00 (vinte e sete milhões e setenta e um mil reais), mediante a reversão integral da reserva especial de dividendos; e (ii) R\$ 107.929.000,00 (cento e sete milhões, novecentos e vinte e nove mil reais), mediante a reversão parcial da reserva de lucros a realizar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	456.950	268.159
Dividendos intermediários - 05/12/2025	(107.929)	-
Constituição no exercício	-	188.791
Reserva de lucros a realizar	<u>349.021</u>	<u>456.950</u>

(iii) Reserva especial de dividendos

Essa reserva é constituída com o saldo de dividendos mínimos obrigatórios de exercícios sociais, quando a situação financeira da companhia não for compatível com a distribuição. Os montantes referentes a constituição dessa reserva, deverão ser distribuídos conforme a situação financeira da companhia melhore.

Em 28 de abril de 2025, por meio de Assembleia Geral Ordinária, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 182.175.003,03 (cento e oitenta e dois milhões, cento e setenta e cinco mil, três reais e três centavos), ajustado nos termos do art. 202 da Lei das S.A. O pagamento dos dividendos foi realizado em 30 de abril de 2025.

Adicionalmente, em 05 de dezembro de 2025, foi utilizada o saldo remanescente da reserva especial de dividendos para distribuição de dividendos intermediários, conforme detalhado na Nota Explicativa 24(c)ii.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	209.246	209.246
Dividendos intermediários - 28/04/2025	(182.175)	-
Dividendos intermediários - 05/12/2025	(27.071)	-
Reserva especial de dividendos	<u>-</u>	<u>209.246</u>

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Patrimônio líquido (continuação)

24(d) Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, o direito ao recebimento de um dividendo mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, conforme as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo no exercício. Dessa forma, não houve base para a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(23.103)	377.582
Reserva legal (5%)	-	-
Base para dividendos	<u>-</u>	<u>377.582</u>
	50%	50%
Dividendos mínimos obrigatórios	-	188.791

25. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado por natureza		
Receita tarifária	1.166.486	901.083
Receita de locação (i)	73.891	254.816
Receitas acessórias	67.997	68.438
Impostos(ii)	(48.411)	(48.581)
Deduções sobre a receita tarifária(iii)	(5.716)	(4.439)
	<u>1.254.247</u>	<u>1.171.317</u>

- (i) Receitas de locação referentes ao período de janeiro a setembro, até a data de incorporação da Controlada Metrobarra pela controlada MetrôRio.
- (ii) Os impostos incidentes são representados por ISS sobre a receita tarifária e por PIS e COFINS sobre a receita acessória e de locação.
- (iii) Deduções sobre a receita tarifária, representadas pela taxa da agência reguladora AGETRANSP.

26. Custos e despesas

	Controladora	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado por natureza		
Pessoal	(320)	(309)
Mais (Menos) valia - Depreciação e amortização	(33.809)	(54.468)
Reversão da provisão para riscos processuais	40.243	39.127
Despesas gerais	(1.023)	(701)
Auditoria, assessoria e consultoria	(558)	(278)
	<u>4.533</u>	<u>(16.629)</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>4.533</u>	<u>(16.629)</u>
	<u>4.533</u>	<u>(16.629)</u>

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Custos e despesas por natureza (continuação)

Resultado por natureza	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(315.547)	(290.933)
Depreciação e Amortização (i)	(169.473)	(219.773)
Mais (Menos) valia - Depreciação e amortização	(33.809)	(54.468)
Energia elétrica	(89.989)	(151.680)
Conservação e Manutenção	(132.485)	(128.704)
Reversão da provisão para riscos processuais e obrigações decorrente da concessão	47.121	74.860
Provisão/reversão de PECLD (ii)	(21.196)	(2.448)
Seguros e garantias	(20.290)	(19.234)
Despesas gerais	(17.751)	(15.637)
Suporte e manutenção de informática	(19.953)	(18.428)
Serviço FETRANSPOR	(13.750)	(10.220)
Terceirização de Frota	-	(5.365)
Serviços de terceiros PJ	(8.956)	(8.725)
Água e esgoto	(8.551)	(7.351)
Segurança viária / patrimonial	(4.509)	(4.658)
Auditoria, assessoria e consultoria	(4.495)	(5.915)
Comunicação, marketing e publicidade	(4.117)	(5.130)
Perdas com cartão de crédito	(2.838)	(3.795)
Assessoria Jurídica	(7.982)	(4.595)
Aluguéis	(1.794)	(1.600)
Associações de classes	(1.603)	(895)
Despesas legais e judiciais	(688)	(586)
	(832.655)	(885.280)
Custo de serviços prestados	(658.189)	(710.686)
Despesas gerais e administrativas	(153.270)	(172.146)
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(21.196)	(2.448)
	(832.655)	(885.280)

(i) As controladas MetrôRio e Metrobarra durante o período de 31 de dezembro de 2025 apuraram respectivamente créditos tributários de PIS e COFINS sobre depreciação e amortização, nos montantes de R\$ 2.683 e R\$ 4.315 (R\$ 2.451 e R\$ 5.519 em 31 de dezembro de 2024) total de R\$ 6.998.

(ii) Impactado pela baixa dos valores a receber em decorrência da assinatura do 10º Termo Aditivo, no montante de R\$ 66.338, com reversão correspondente de R\$ 48.230 em provisão para perdas (PECLD), resultando em impacto líquido de R\$ 18.107.

Outras receitas (despesas) operacionais	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas regulatórias(i)	-	256.580
Receita de venda de energia(ii)	1.656	18.274
Outras receitas operacionais	4.137	13.008
Outras despesas operacionais	(152)	(1.701)
	5.641	286.161

i) Oriunda do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros que versa sobre o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de janeiro a dezembro de 2021 no valor total de R\$ 310.542, sendo R\$ 256.580 da parcela principal, reconhecidos como "outras receitas (despesas) operacionais, e R\$ 53.963 referentes a atualização monetária pelo IPCA, reconhecidos no resultado financeiro, conforme nota explicativa 1 e 25 (i).

ii) Venda de energia convencional já contratada pela controlada MetrôRio, cujo benefício se traduz em desconto nas tarifas de distribuição e transmissão da LIGHT.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	8.851	562	114.312	74.858
Variação monetária ativa	10	-	1.339	1.897
Variação monetária -Ressarcimento (*)	-	-	-	53.963
Variações cambiais ativas	-	-	1.812	1.739
Juros ativos	495	32	540	96
Outros	3	2	745	259
Total receitas financeiras	9.359	596	118.748	132.812
Despesas financeiras				
Juros e variação monetária s/ sobre debêntures (**)	-	-	(305.688)	(261.632)
Ajuste valor presente - arrendamento	-	-	(149)	-
Custo de captação	-	-	(79.332)	(10.659)
Variação monetária passiva	-	(1.639)	2.167	(3.041)
Comissões e despesas bancárias	(469)	(307)	(35.743)	(13.197)
Variações cambiais passivas	-	-	(523)	(1.634)
Outras	(441)	(28)	(6.032)	(3.688)
Total despesas financeiras	(910)	(1.974)	(425.300)	(293.851)
Total resultado financeiro, líquido	8.449	(1.378)	(306.552)	(161.039)

(*) Variação monetária decorrente de receita obtida junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro referente ao Ressarcimento Emergencial do exercício de 2021. Vide nota explicativa 1.

(**) Os juros/variação monetária pagos estão sendo classificados na DFC nas atividades de financiamento.

Conciliação DFC - Variações monetárias e encargos

Notas Explicativas			Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024
17	Debêntures e empréstimo	Juros	161.315	160.328
17	Debêntures e empréstimo	Variação monetária	144.375	101.305
11	Juros sobre arrendamento	Juros	149	-
19	Concessão de serviço público	Variação monetária	(672)	(1.108)
22	Provisões para riscos processuais	Variação monetária	(2.124)	1.913
22(c)	Depósitos judiciais e recursais	Atualização monetária	(928)	(612)
10	Dividendos a pagar	Atualização monetária	-	1.640
6	Contas a receber	Atualização monetária	-	(53.963)
			302.115	209.503

28. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
	Ordinárias	Ordinárias
Numerador básico		
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários	(23.103)	337.582
Denominador básico		
Média ponderada das ações no período	1.814.130	1.814.130
(Prejuízo)/Lucro básico e diluído por ação no período (R\$)	(0,0126)	0,2059

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2025, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Instrumentos financeiros

29(a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia de valor justo para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros e pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos dos instrumentos financeiros
- Nível 2 – Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e de 2024. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	Consolidado				Classificação
	31/12/2025		31/12/2024		
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	808.661	808.661	361.914	361.914	<i>Custo amortizado</i>
Aplicações financeiras	107.528	107.528	392.428	392.428	<i>Custo amortizado</i>
Contas a receber	151.275	151.275	400.957	400.957	<i>Custo amortizado</i>
Outras contas a receber	6.982	6.982	15.514	15.514	<i>Custo amortizado</i>
Total do ativo	1.074.446	1.074.446	1.170.813	1.170.813	
Passivos					
Fornecedores	89.898	89.898	146.630	146.630	<i>Custo amortizado</i>
Debêntures e empréstimos	2.602.310	2.602.310	2.148.816	2.148.816	<i>Custo amortizado</i>
Concessão de serviço público	10.206	10.206	14.182	14.182	<i>Custo amortizado</i>
Obrigações com poder concedente	515.724	515.724	-	-	<i>Custo amortizado</i>
Obrigações com empregados	47.804	47.804	44.698	44.698	<i>Custo amortizado</i>
Total do passivo	3.265.942	3.265.942	2.354.326	2.354.326	

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

29(b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. A seguir, são descritos os principais riscos envolvidos na apuração desses valores.

29(c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

29(d) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e as taxas de juros das debêntures estão vinculadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais uma taxa fixa pré-estabelecida.

29(e) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

29(f) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função dos fornecedores com indexador dólar, os quais não são relevantes.

29(g) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Referência para ativos e passivos financeiros</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI Ativo (% ao ano)	14,90%	11,18%	7,45%
DI Passivo (% ao ano)	14,90%	18,63%	22,35%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,32%	5,40%	6,48%

Fonte: BACEN e B3 em 31 de dezembro de 2025.

Os indicadores utilizados para 2025 foram obtidos das projeções do Bacen.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Instrumentos financeiros (continuação)

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	794.522	118.384	88.788	59.192
Aplicações financeiras circulante					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	107.528	16.022	12.016	8.011
Total		902.050	134.406	100.804	67.203

Operação	Risco/ Indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Passivos financeiros					
Debêntures					
10ª Debênture – Controlada MetrôRio	IPCA+7,88%	2.871.202	350.287	381.296	412.305
Total		2.871.202	350.287	381.296	412.305

29(h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures e empréstimo	2.602.310	2.148.816
Caixa e equivalentes de caixa	(808.661)	(361.914)
Aplicações financeiras	(107.528)	(392.428)
	1.686.121	1.394.474
Patrimônio líquido	2.184.367	2.539.882
Patrimônio líquido e dívida líquida	3.870.488	3.934.356
Índice de alavancagem financeira - %	44	35

29(i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

31 de dezembro de 2025	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Debêntures	-	2.501.272	3.285.324	5.786.596
Obrigações com poder concedente	312.131	203.593	-	515.724
Fornecedores	89.898	-	-	89.898

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento e financiamento.

i) Atividades de investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Varição Balanço	436.823	(157.314)	(259.253)	188.501
Varição DFC	405.337	149.966	164.039	(71.216)
Diferença	31.486	(307.280)	(423.292)	259.717
Composição da diferença de transação sem efeito caixa				
Mais valia - Depreciação e amortização	33.809	54.468	33.809	54.468
Mais valia - Reversão para riscos processuais	(40.243)	(39.127)	-	-
Equivalência patrimonial	32.343	(389.837)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.187	(5.216)	-	-
Dividendos a receber	3.287	72.333	-	-
Depreciação e amortização	103	99	176.471	226.750
Cessão Linha 4	-	-	(53.564)	-
Obrigações com poder concedente	-	-	(565.741)	-
Obrigações com poder concedente - Ajuste a valor presente	-	-	50.017	-
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	860	3.664
Rendimento aplicação financeira	-	-	(60.736)	(25.165)
Reconhecimento inicial - Direito de uso	-	-	(4.408)	-
Total	31.486	(307.280)	(423.292)	259.717

ii) Atividades de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Varição Balanço	(505.966)	90.162	(48.239)	247.688
Varição DFC	(505.966)	-	(437.818)	(403.826)
Diferença	-	90.162	389.579	651.514
Composição da diferença de transação sem efeito caixa				
Constituição de reserva	-	88.520	-	188.791
Dividendos a pagar	-	-	-	188.791
Atualização monetária de dividendos	-	1.642	-	1.640
Amortização de custo de captação	-	-	79.332	10.659
Juros sobre debentures	-	-	148.905	160.328
Varição monetária sobre debentures	-	-	156.785	101.305
Reconhecimento inicial - Arrendamentos	-	-	6.456	-
Ajuste a valor presente - arrendamentos	-	-	(2.048)	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	149	-
Total	-	90.162	389.579	651.514

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Adiantamento para futuro investimento

Adiantamento para aquisição futura da Concessionária Rio Barra (“CRB”)

A Concessionária Rio Barra (“CRB”) foi constituída em 14 de dezembro de 1998 e tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte metroviário de passageiros da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro extensão de Ipanema a Barra da Tijuca e tem prazo de concessão até 2036.

Em 11 de março de 2013, a controlada Metrobarra passa a ter os direitos e deveres do contrato de compra e venda da CRB.

Em 15 de outubro de 2013, a controlada Metrobarra pagou aos acionistas da CRB o valor de R\$ 53.564 a título de adiantamento para aquisição futura dessa empresa.

Após a transferência efetiva do controle da CRB, será realizado o pagamento do Preço das Ações, formado por uma parte à vista, correspondente às despesas ordinárias conforme definidas no contrato, limitadas a R\$ 1.200 anuais atualizado pelo IPCA, mais uma parte variável a ser paga aos antigos acionistas da CRB baseada no número de usuários entrantes nas estações da linha 4 do Metrô (chamado PVPA - Parcela Variável do Preço de Aquisição).

Em julho de 2013, a controlada Metrobarra assinou contratos complementares ao contrato de aquisição de CRB:

- Contrato de operação e manutenção: Foi assinado entre CRB, controladas MetrôRio e Metrobarra (interveniente), CRB e o poder concedente (interveniente) o contrato de operação e manutenção, onde, a controlada MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.
- Contrato de compartilhamento de receitas: Foi assinado entre CRB, controladas MetrôRio e Metrobarra (interveniente) o contrato que determina o modelo de compartilhamento de receitas entre as duas empresas.
- Contrato de locação: Foi assinado entre Metrobarra e CRB, atual concessionária da Linha 4, contrato de locação de trens e sistemas operacionais.

Os contratos complementares visam garantir a operação e manutenção da Linha 4.

A origem do “Contrato de Outorga de Opções de Compra e de Venda de Ações de Emissão da Concessionária Rio Barra S.A. - CRB e Outras Avenças”, celebrado em 23 de novembro de 2012, cedido ao Metrobarra S.A. (Metrobarra), informamos que por não terem sido implementadas as condições precedentes previstas no referido instrumento, o Metrobarra iniciou procedimento arbitral contra a CRB e seus atuais acionistas. A CRB também apresentou contra pleitos e requereu indenização pelas perdas e danos suportados pela

concessionária. Em 12 de julho de 2017, foi deferida a liminar que mantém o efeito suspensivo do exercício da opção de compra. Em 15 de setembro de 2020 foi declarada encerrada as atividades administrativas relacionadas ao procedimento arbitral em epígrafe sendo favorável a controlada Metrobarra. Com isso, o Contrato de Outorga de Opções de Compra e de Venda de Ações de Emissão da CRB e Outras Avenças continua vigente tendo sua conclusão nos próximos anos.

Em 23 de novembro de 2023, a controlada MetrôRio através de fato relevante divulgou a celebração de um Memorando de Entendimentos (“Memorando”) com o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade Urbana, a Controladoria-Geral do Estado, a Concessionária Rio Barra S.A. (“CRB”), a OEC S.A. e a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.

HMOBI Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Adiantamento para futuro investimento (continuação)

Nos termos do Memorando, as partes concordam em desenvolver estudos sobre a viabilidade jurídica, técnica e financeira e buscar solução consensual e definitiva para a retomada e conclusão das obras da Estação Gávea e para as disputas judiciais e administrativas envolvendo o Contrato de Concessão das Linhas 1 e 2 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro ("Linhas 1 e 2") e o Contrato de Concessão nº L4/98, celebrado em 21.12.1998 ("Contrato L4").

A celebração de qualquer instrumento ou acordo em decorrência dos estudos e tratativas regulados pelo Memorando depende da viabilidade do atendimento às premissas negociais apresentadas pelas partes e do acordo em relação aos eventuais instrumentos contratuais.

Em 10 de abril de 2025, a controlada Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio") firmou instrumentos contratuais com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e a Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB"). Esses instrumentos são: (i) a cessão da concessão da Linha 4 da CRB para a controlada MetrôRio; e (ii) o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com o Estado do Rio de Janeiro.

Com a assinatura do 10º Termo Aditivo, o contrato passou a unificar a operação das Linhas 1, 2 e 4 sob a gestão da controlada MetrôRio, com o prazo de concessão estendido até 2048. Nesse contexto, entre os acordos celebrados pelas partes, destaca-se a transferência da concessão da Linha 4 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro da CRB para a controlada MetrôRio. Após a conclusão da transferência, o valor do adiantamento para futuro investimento pago pela Metrobarra à CRB foi adquirido pela controlada MetrôRio, o qual foi registrado pelo Metrobarra como saldo a receber de partes relacionadas. Após a incorporação da controlada Metrobarra pela controlada MetrôRio, o valor remanescente a pagar foi compensado em contrapartida do acervo líquido. Conforme detalhado na nova explicativa 3.

32. Eventos subsequentes

i) Emissão de debêntures

Em 15 de janeiro de 2026, a Hmobi Participações S.A. realizou a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única. A distribuição pública ocorreu sob o rito de registro automático na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O montante total da emissão foi de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), representado por 500.000 (quinhentos mil) títulos com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais). As debêntures possuem remuneração de DI + 2,5% a.a., com vencimento final em 15 de janeiro de 2033.

ii) Distribuição de dividendos intermediários

Em 30 de janeiro de 2026, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Hmobi Participações S.A. aprovou o pagamento de dividendos intermediários no montante total de R\$ 349.021.544,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, vinte e um mil, quinhentos e quarenta e quatro reais), tendo o pagamento sido realizado em parcela única em 04 de fevereiro de 2026.

* * *